



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Projeto LAR na aldeia da Ima: estratégias alternativas para a inclusão de refugiados e imigrantes em Portugal

Sara Dias Faustino Pinho

Mestrado em Estudos Internacionais

Orientadora:

Doutora Maria Cristina Ferraz Saraiva Santinho, Investigadora Integrada,

Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Departamento de História

O Projeto LAR na aldeia da Ima: estratégias alternativas para a inclusão de refugiados e imigrantes em Portugal

Sara Dias Faustino Pinho

Mestrado em Estudos Internacionais

Orientadora:

Doutora Maria Cristina Ferraz Saraiva Santinho, Investigadora Integrada,

Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Agradecimentos

À Profª Drª Cristina Santinho, por ter abraçado a investigação desde o início, pela frontalidade, pelo amparo em momentos de inquietação e pela minúcia na leitura da dissertação em tempo recorde.

À minha mãe e à minha irmã, pelo amor e apoio incondicionais.

À aldeia da Ima e ao Projeto LAR, pelo carinho no acolhimento e por ter permitido que a pesquisa acontecesse. Bem hajam todos.

RESUMO

A presente dissertação centra-se na temática da inclusão de refugiados e imigrantes no meio rural em Portugal, de forma a compreender se ela poderá mitigar os efeitos do envelhecimento da população e do despovoamento no interior do país. Através do trabalho de campo etnográfico realizado ao longo da pesquisa no meio rural, pretende-se analisar o impacto do Projeto LAR – *Love and Respect* na estratégia de acolhimento de refugiados e a sua inclusão numa aldeia. A investigação procura tecer as várias vertentes onde o caso de estudo toca: a social, a económica, a territorial, a cultural e a ambiental. *A inclusão* é, assim, o mote da pesquisa para pôr em evidência a relação simbiótica que há entre as migrações e a ativação de caminhos para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: inclusão, refugiados, migrantes, desenvolvimento rural

ABSTRACT

This dissertation focuses on the theme of the inclusion of refugees and immigrants in rural areas in Portugal, in order to understand whether it can mitigate the effects of population ageing and depopulation in the country's interior. Through the ethnographic fieldwork carried out throughout the research, it is intended to analyse the impact of the LAR Project – Love and Respect on its strategy of welcoming refugees and their inclusion in a village. The research seeks to weave the various strands where the case study touches: the social, the economic, the territorial, the cultural and the environmental. *Inclusion* is thus the motto of the research to highlight the symbiotic relationship between migrations and the activation of paths for rural development.

Keywords: inclusion, refugees, migrants, rural development

Índice

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Glossário

Introdução	1
1. Migrações, demografia e o meio rural	4
<i>1.1 O contexto migratório</i>	5
<i>1.2 Um meio rural envelhecido e despovoado</i>	9
2. O desenvolvimento das áreas rurais e a inclusão de refugiados a nível local	13
<i>2.1 A importância da ação a nível local</i>	14
<i>2.2 Descentralizar e dispersar: uma lógica sustentável na teoria</i>	16
<i>2.3 A mobilização de recursos endógenos para o desenvolvimento rural e para a inclusão</i>	19
3. Metodologia	22
4. Resultados e discussão	24
<i>4.1 O caso de estudo do Projeto LAR</i>	24
<i>4.2 Olhar de perto e de dentro a aldeia da Ima</i>	32
5. Considerações finais	43
Referências bibliográficas	45

Glossário

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CPR – Conselho Português para os Refugiados

EUROSTAT – European Statistics

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados

PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados

TIPAU – Tipologia de áreas urbanas

UE – União Europeia

Introdução

E se bastasse existir uma aldeia para dar casa e emprego a famílias de refugiados e migrantes? Em março de 2020, o jornal *Público* avançava uma notícia (Monteiro e Miranda, 2020) a dar conta de um projeto-piloto a ser implementado numa aldeia despovoada e envelhecida com cerca de 25 habitantes – a aldeia de Ima, no distrito da Guarda, na região Centro de Portugal. O Projeto LAR - *Love and Respect* surge com o objetivo de integrar e incluir famílias de refugiados e imigrantes no meio rural, pretendendo, em simultâneo, combater o despovoamento do território e o envelhecimento da população – as suas duas características prevalentes. A peculiaridade: foram os habitantes que cederam não só as casas que tinham devolutas (onde estas famílias irão viver durante, pelo menos, os próximos oito anos), como também os seus terrenos abandonados, onde pelo menos uma pessoa de cada família acolhida irá trabalhar. Sobre esses terrenos, ergueu-se um negócio agrícola e social.

Se bem-sucedido, o estágio final do projeto-piloto será alcançado quando as famílias tiverem as ferramentas necessárias para se tornarem autónomas – sobretudo a nível linguístico e financeiro – e o propósito ficará cumprido se as mesmas tiverem motivos suficientes para querer permanecer em Portugal e investir no seu futuro dentro do país, participando ativamente para o desenvolver. Chegando a este patamar, o ‘testemunho’ do projeto passa da (atualmente presente) equipa técnica no terreno para as mãos destas famílias, que ficarão responsáveis por continuar a desenvolvê-lo – já autonomamente – e este está pronto a ser replicado noutra zona rural para ir apoiar novas famílias de migrantes e refugiados, iniciando novamente o mesmo ciclo.

Neste contexto, urge o interesse de observar, na presente investigação, de que forma está construído este projeto e como é que o acolhimento de famílias migrantes nesta aldeia pretende combater o despovoamento e o envelhecimento populacional em Portugal. Para o fazer, considereei imperativo deslocar-me ao terreno e permanecer lá durante algum tempo, pois só assim seria possível entender as nuances de tal ação. A circunscrição no tempo e no espaço deste projeto-piloto foi, para mim, a ideal para prosseguir uma investigação em redor das migrações e do desenvolvimento rural. No *tempo*, porque os fluxos de migração forçada pedem respostas eficazes e urgentes e, atendendo à recente aposta nas políticas de descentralização e dispersão geográfica de imigrantes e refugiados (a nível nacional e internacional), as áreas rurais podem funcionar como sítios-chave para garantir um acolhimento e uma inclusão holísticos e condignos. No *espaço*, porque aliado à crescente necessidade de repovoar, rejuvenescer e desenvolver as áreas rurais em Portugal está o debate sobre a importância estratégica para Portugal no que refere ao acolhimento de refugiados, com vista a atrair recursos humanos que possam impulsionar a atividade económica e combater o défice demográfico do país (Costa e Sousa, 2017), nomeadamente no interior.

Além disso, nos últimos anos, os deslocamentos humanos forçados têm ficado mais próximos da casa de todos, através das notícias proliferadas pelas agendas mediáticas sobre a designada “crise de refugiados”, sendo o ano de 2015 um marco temporal que altera o panorama global e, sobretudo, europeu, pela forma como a União Europeia, enquanto projeto, foi posta à prova para responder à chegada de um grande número de refugiados ao continente europeu. Entre os Estados-membros, Portugal acaba por se mostrar um dos países mais recetivos ao acolhimento de refugiados, embora não seja dos principais destinos de asilo nem dos países onde os refugiados pretendem fixar-se. Mais próxima ainda foi a chegada de um grupo significativo de pessoas à região onde vivo, o Ribatejo, e o respetivo emprego na agricultura (Dias Cordeiro e Rocha, 2021). Este é um dos meios de sustento mais fáceis e rápidos de encontrar, mas também um dos mais precários e onde o desrespeito pelos direitos humanos é latente. O *Relatório Anual de Segurança Interna (IASI)* de 2020 sinalizou trinta e uma pessoas adultas presumivelmente vítimas de tráfico humano, para exploração laboral na agricultura em Santarém. Em Odemira, na região do Alentejo, a gravidade da situação aumenta, onde as queixas sobre abusos em relação a trabalhadores são uma constante há vários anos e onde casos de alegados crimes de escravatura e tráfico de pessoas são agora investigados (Henriques, 2021). Tendo conhecimento do cenário regional, questionava-me sobre as condições em que tinham chegado aquelas pessoas com quem me cruzava regularmente, sobre as suas condições de trabalho e de habitação, sobre o modo como se iam familiarizando com o novo espaço *citadino-rural* e a sua perceção acerca dele e também sobre como estavam a lidar com o seu deslocamento e *assentamento*, conjeturando sobre toda a complexidade que esses dois processos implicam. Efetivamente, a sua presença é notória desde o momento em que chegaram, especialmente porque a região onde resido é um *meio pequeno* e, portanto, estes fluxos ganham maior visibilidade quando acontecem, sendo a privacidade ou a descrição características pouco sonantes nestas áreas.

Assumindo, erroneamente (e) por generalização, que em aldeias com quase mais casas do que pessoas, onde a média de idades ronda os 75 anos, o desafio de implementar um projeto como o LAR em meio rural iria ser grande (em termos da *hospitalidade* por parte da comunidade local) e podia, até, promover o encaminhamento de imigrantes para a agricultura, coadunando-se com a estratégia governamental (Henriques, 2020), o LAR surge como o *leitmotiv* para elaborar um estudo que, por um lado, conecta inquietações biográficas e a história pessoal (Lofland e Lofland, 1995) e, por outro, a importância da análise sobre a integração e a inclusão de refugiados e migrantes no meio rural e a agricultura. Cedo concluí que a ação do LAR não tinha que ver com a estratégia do governo, mas apenas com a dele mesmo: repovoar uma zona rural abandonada e envelhecida ao incluir na comunidade local famílias refugiadas e/ou migrantes e ao tirar proveito de todos os recursos que essa zona oferece, através da criação de um negócio agrícola. Pese embora o facto de o Projeto ser recém-implementado

e estar atualmente em desenvolvimento, pretendo escrutinar o modo sob o qual ele age no terreno e a sua viabilidade, com base nas observações-participantes na aldeia da Ima.

Objetivos da pesquisa

No seguimento do acima mencionado, a pesquisa quer responder à seguinte questão: de que forma a inclusão de refugiados e imigrantes no meio rural poderá mitigar os efeitos do despovoamento e do envelhecimento da população no interior de Portugal? Usando como caso de estudo o Projeto LAR, pretende-se, acima de tudo, mostrar o que está a acontecer numa aldeia no interior rural de Portugal e, posteriormente, analisá-lo através de uma perspetiva holística que tenha em conta os seus impactos sociodemográficos, territoriais e ecológicos e a sua viabilidade, dado que se tornará móvel e replicável se bem-sucedido.

Para tal acontecer, considero fulcral olhar prioritária e atentamente para a perceção e para as expectativas das famílias acolhidas na aldeia de Ima, de modo a desconstruir o próprio *processo de inclusão* e a perceber se ele faz jus às suas necessidades, ainda antes de aferir se ele contribui para o repovoamento das áreas rurais e que nuances podem aí existir. Aliada à questão central da investigação, surge uma outra secundária, mas não menos importante: qual a relação entre o desenvolvimento rural em Portugal e a inclusão de refugiados e migrantes? A esta questão também se pretende dar uma resposta, cujo objetivo será contribuir para a produção de conhecimento sobre a área geográfica em estudo, as migrações e o meio rural em Portugal.

Composição da tese

A dissertação é composta por cinco capítulos, sendo este primeiro dedicado à introdução, onde apresento o tema, o objeto e os objetivos da tese, refletindo sobre o ponto de partida que me fez optar por estudá-los e a minha motivação pessoal para escrever sobre eles.

O segundo capítulo corresponde ao estado da arte, onde apresento de que forma estão retratados os temas das migrações, da demografia e do meio rural na literatura, localizando-os numa perspetiva internacional e nacional e interligando-os entre si para posteriormente relacioná-los com o caso de estudo. É também neste capítulo que introduzo conceitos teóricos como a *hospitalidade*, a *agencialidade* e o *desenvolvimento endógeno rural*, procurando encadeá-los com os vários temas que me ajudaram a desconstruir o tema que me propus estudar.

No terceiro capítulo, apresento a metodologia que deu corpo à conceção e elaboração da investigação. Desde o trabalho de campo – que se afigurou como a fase mais importante da pesquisa – à pesquisa bibliográfica e à recolha de outros dados fora do terreno, descrevo neste capítulo o plano da pesquisa, abordando as mudanças que tiveram de ser feitas, tendo em conta as limitações e as características do terreno encontradas durante o processo de pesquisa. Destaco, aqui, um fator importante, do qual não me consegui distanciar, que subjaz todo o percurso do trabalho de campo e que poderá ter condicionado a leitura dos dados recolhidos no terreno: a minha posicionalidade.

No quarto capítulo, procedo à apresentação e descrição detalhada do caso de estudo, discorrendo sobre a base em que ele assenta, os problemas identificados por ele e as soluções encontradas para os resolver, a forma como está a ser implementado no terreno, as especificidades da rede construída e mobilizada para o pôr em prática e as relações sociais que emanam de toda a intervenção que está em curso. Simultaneamente, são discutidos os resultados da investigação e procura-se responder à questão central da mesma, interligando-a com os dados recolhidos da bibliografia analisada. Este exercício contribui para a reflexão que teço sobre o processo de inclusão na aldeia, o impacto sociocultural dos refugiados na população da lma e a viabilidade e sustentabilidade do caso de estudo analisado para futura replicação.

No quinto capítulo, termino com as considerações finais do estudo, encadeando as diferentes fases do estudo do princípio ao fim, onde pretendo avançar com as reflexões que a investigação motivou e os contributos que a presente dissertação pode dar para futuros projetos que almejem transformar e inovar o meio rural em Portugal, nunca menosprezando o modo como as pessoas lá vivem e tendo como pedra angular o respeito pelos direitos humanos.

Capítulo 1. Migrações, demografia e o meio rural

O presente capítulo vai definir o contexto teórico da dissertação e retratar o estado da arte sobre as migrações e a demografia a nível internacional e nacional. De forma a compreender a relevância da relação entre as migrações e o desenvolvimento rural para a pesquisa científica, para a realidade política e para o debate público, será feito, em primeiro lugar, um esboço sobre o contexto migratório, onde se introduzem os campos do asilo, do acolhimento e da integração em Portugal. De seguida, explorar-se-á como está retratado o fenómeno do envelhecimento populacional em meio rural na literatura, desenhando, posteriormente, o perfil de uma região envelhecida no interior de Portugal – a Guarda. Esta secção do estudo conduzirá depois a uma breve reflexão sobre a relação

entre as migrações e a demografia, cuja relevância se encontra no facto de o contexto sociodemográfico ser uma preocupação atual a nível europeu e em Portugal.

1.1 O contexto migratório

A escala da migração internacional tem vindo a atingir proporções cada vez maiores, pedindo de forma urgente que o mundo se una em torno das migrações forçadas, para lhes dar uma resposta integrada, com base na garantia dos direitos humanos. O número de migrantes internacionais alcançou os 272 milhões em 2019, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações (*World Migration Report 2020*). O ACNUR revela dados mais recentes, de 2020, dizendo que são já 82,4 milhões de pessoas deslocadas contra a sua vontade, das quais 26,4 milhões são refugiados (*UNHCR Global Trends 2020*). É o valor mais alto até então registado, resultado de guerras, de conflitos armados, das alterações climáticas e/ou de violações dos direitos humanos.

Voltando atrás, ao ano de 2015, o aumento exponencial de pedidos de asilo na Europa expôs as vulnerabilidades do projeto europeu e mostrou os limites da solidariedade entre os Estados-membros da União Europeia. Nesse ano, Grécia e Itália foram os principais países de destino da população refugiada e, apesar de Portugal não estar entre eles, foi um dos países que se destacaram no apoio oferecido aos Estados da linha da frente no acolhimento de refugiados. Se, por um lado, países como a Hungria, a Polónia, a Eslováquia e a República Checa (o denominado Grupo de Visegrado) fecharam as suas fronteiras e deram voz a discursos nacionalistas, por outro, Portugal é dos países que mais se tem mostrado recetivo e solidário para com a questão dos refugiados desde 2015 (Sousa e Costa, 2018; Sousa *et al.*, 2021).

Para lidar com as tensões que surgem no seio europeu, a União Europeia definiu um sistema de quotas, através do qual todos os Estados-membros iriam ser envolvidos na resposta à questão dos refugiados e cuja prioridade seria assegurar os direitos humanos a todas as pessoas em busca de asilo (Almeida, 2019; Plug, 2016). Foi pedido a Portugal que recebesse 1642 pessoas, mas o governo quis exceder essa quota e mostrou-se disponível para receber até 10 mil. De acordo com Costa e Sousa (2017: 50-51), esta postura acolhedora do país tem duas facetas: uma de *convicção*, outra de *conveniência*. Quando questionado sobre se a sua intenção revertia a favor de ganhar uma maior margem negocial com a Europa, António Costa, atual primeiro-ministro português, negou que fosse essa a razão, dizendo que o país ia acolher mais refugiados “por convicção, não por conveniência” (Salvado, 2016). A *convicção* humanitária e moral que Portugal assume nesta altura tornou-se evidente, querendo o país destacar, diante dos seus parceiros europeus, a importância da

solidariedade enquanto pedra-angular do projeto europeu. Contudo, Portugal precisava de atrair pessoas para impulsionar a atividade económica – sobretudo na sequência da crise financeira iniciada em 2008 – e equilibrar os níveis demográficos, caracterizados, fundamentalmente, pela queda da taxa de natalidade e pelo envelhecimento da população, estando aí presente a natureza *conveniente* da decisão de acolher mais pessoas (Costa e Sousa, 2017). O Observatório das Migrações tem vindo a corroborá-lo, tendo expressado o seguinte no mais recente Relatório Estatístico do Asilo:

O seu acolhimento tem sido parte integrante de uma política nacional que encara as migrações como uma dinâmica positiva para o nosso país, contribuindo para o equilíbrio demográfico, e para o desenvolvimento da economia que valoriza a diversidade enquanto fonte de inovação e de competitividade. (Oliveira, 2021: 5)

Este acolhimento de refugiados em Portugal não teria sido possível sem a mobilização da sociedade civil. É importante, por isso, sublinhar que o programa de recolocação português – processo interno à UE, no qual requerentes de proteção internacional se movimentam de um Estado-membro para outro (Oliveira, 2021: 13) – está assente no apoio dado pelo conjunto de organismos públicos e privados nacionais e locais que se organizaram por todo o país, entre os quais se encontram organizações não-governamentais (ONG), universidades e instituições religiosas, confluídos na Plataforma de Apoio aos Refugiados¹ (PAR), criada em 2015. Face à reduzida experiência de trabalho com migrantes forçados e as suas especificidades, ao reduzido número de organizações com intervenção na área até então (mas que cresceram exponencialmente nos últimos anos) e à falta de programas elaborados por parte das instituições públicas para lidar com a questão, o papel da sociedade civil neste processo passa a ser definido pela diversidade institucional, cujo modelo comunitário se funda sobre a dispersão geográfica de refugiados no território nacional (Costa *et al.*, 2019).

O ambiente político recetivo e reforço da resposta do Estado português foi expresso quando municípios de norte a sul do país submeteram planos locais de integração – os designados Planos Municipais de Integração de Migrantes (PMIM). Considerados potenciadores da integração social dos migrantes e de cariz voluntário, estes planos receberiam financiamento e seriam elegíveis para proceder ao acolhimento e à integração de requerentes de asilo e refugiados se assegurassem

¹ Plataforma que nasce da solidariedade demonstrada pela sociedade civil, com a qual “mais de 350 organizações portuguesas decidiram cooperar para dar resposta às necessidades dos refugiados dentro de portas”, segundo consta no sítio *online* da mesma: <https://www.refugiados.pt/a-par/> [consultado em nov. 2021]

alojamento e habitação independente, acesso à saúde (física e mental), à educação e ao mercado de trabalho e formação em língua portuguesa (Almeida, 2019: 94).

Não obstante a multiplicidade dos municípios “que reagiram de imediato ao apelo com o objetivo de criar as necessárias condições para acolher com humanidade e dignidade nos seus territórios” (Oliveira, 2021: 129), autoras e autores como Santinho (2011), Almeida (2019), Rebelo (2020) e Sousa *et al.* (2021) expõem os desafios, as dificuldades e as fragilidades da integração a nível local em Portugal, que, no fundo, podem revelar as razões pelas quais grande parte das pessoas acolhidas decide não permanecer no país, após o término do seu programa de acolhimento, em particular pelas dificuldades em encontrar trabalho que lhes permita a autonomia financeira.

Designadamente, Almeida (2019) mostra que a falta de experiência no acolhimento de refugiados não está ultrapassada, fazendo ainda hoje parte dos principais constrangimentos apontados por vários técnicos dedicados a esse processo, no que diz respeito ao cumprimento dos programas que visam a autonomização dos refugiados (p. 95-96). Na penumbra desses programas ficam por cumprir o apoio e o acompanhamento naquilo que é “matéria-base” do quotidiano, como, por exemplo, em processos burocráticos (que pisam os campos da saúde física e mental, da educação e da formação); na identificação e aluguer de habitação, para que estas pessoas possam transitar dos centros de acolhimento para uma casa própria; na inserção no mercado de trabalho e/ou na escola; e na identificação de serviços locais (*idem*). A falta de um acompanhamento eficaz e holístico por parte das instituições públicas e da articulação entre elas era já identificada por Santinho (2011), na altura em que a autora apresentou a primeira tese de doutoramento em antropologia em Portugal sobre refugiados e requerentes de asilo. Rebelo (2020) revela, através do seu trabalho de campo junto da comunidade refugiada, que as condições precárias e a falta de apoio institucional sentidos em Portugal são fatores-chave para se compreender a saída do território nacional de grande parte desta população, estando eles diretamente relacionados com uma autonomização que não se pôde atingir e, conseqüentemente, uma integração que falhou. Esta perspetiva, porém, não se coaduna com a das instituições, que invocam a procura de melhores condições de vida, de trabalho mais bem remunerado, da reunificação familiar ou do apoio de amigos e parentes como fatores que dificultam a fixação no país (Rebelo, 2020: 163), além de atribuírem aos refugiados “falta de motivação” (Oliveira, 2020: 227) no decorrer do processo de integração, nomeadamente no que diz respeito à procura ativa de emprego (Oliveira, 2021: 148-149). Sousa *et al.* (2021), por sua vez, reiteram que a situação de desemprego, o fraco ou inexistente domínio da língua portuguesa, a falta de rendimentos para suportar a sua alimentação ou um alojamento, a incompreensão sobre o modo como estão organizadas as instituições portuguesas e o insucesso nos pedidos de reagrupamento familiar são das

principais dificuldades sentidas para a autonomização dos refugiados. Note-se que 59,6% das instituições que acompanhavam refugiados na fase final do processo de acolhimento não consideravam que os refugiados estavam em condições de viver autonomamente (p. 83), o que por si só pode ser motivo suficiente para a única alternativa plausível passar a ser a saída do país em busca do que precisam.

Em 2019, o relatório *Global Detention Project* apontou ainda a falta de oportunidades e a má gestão e prestação de apoio estatal em Portugal, dificultando, assim, que se reúnam condições para a fixação de migrantes e/ou refugiados no país (Almeida, 2019: 87). Paralelamente às políticas e medidas recetivas ao acolhimento e integração de refugiados frequentemente destacadas nos relatórios anuais, este relatório sublinhou ainda a implementação de medidas rigorosas de controlo da imigração que resultaram na detenção sistemática de requerentes de asilo nas fronteiras de Portugal (*idem*). Pese embora o número de pessoas acolhidas em território nacional, são efetivamente muitas as que acabam por deixar o país e ainda mais aquelas que não conseguem atingir a sua autonomia no fim dos programas de acolhimento do governo. A título ilustrativo, os números apontam que dos 1511 refugiados acolhidos em Portugal entre dezembro de 2015 e outubro de 2016, 728 saíram do país (Dias Cordeiro, 2017; Friaças, 2019) e que, em 2020, apenas 47 das 369 pessoas que concluíram o programa de acolhimento de 18 meses do governo foram consideradas autónomas para prosseguir a sua vida em Portugal, o que equivale a 12,7% (Oliveira, 2021: 187).

Quando apresentada às entidades de acolhimento, a estratégia nacional para a “plena integração” dos refugiados em Portugal estava assente em cinco princípios: o institucional – privilegiando o acolhimento por instituições; o descentralizado – valorizando o acolhimento em territórios de média e baixa densidade; o em consórcio – mobilizando consórcios locais de instituições; o integrado – considerando o alojamento, a alimentação, o emprego, a educação, a saúde e a língua portuguesa; e o autónomo – apresentando soluções com vista à gradual autonomia dos refugiados (ACM, 2016: 27). Atendendo especificamente ao descrito anteriormente pelos autores mencionados, pelo menos dois destes princípios têm falhado sistematicamente: o integrado (pelo facto de as ofertas de habitação e de emprego, sobretudo, serem escassas e/ou instáveis e o apoio na aprendizagem do português ser insuficiente) e o autónomo (tendo em conta que poucas são as pessoas a conseguir alcançar a sua verdadeira autonomia no país). Além disso, o princípio da descentralização – que tem aparecido frequentemente relacionado com respostas para dar fôlego não só às pressões urbanísticas, mas também à demografia nos contextos rurais (Oliveira, 2021: 5), no que toca ao repovoamento do território nacional – deixa margem para dúvidas. Em causa está um número reduzido de refugiados acolhidos em Portugal e a sua constante mobilidade. Dados do Observatório das Migrações, apurados

pelo ACNUR em 2019, esclarecem que Portugal acolheu somente 2,4 mil refugiados (0,1%) dos 2,7 milhões que estavam em países da UE (13,3%), posicionando o país em 21º lugar entre os 28 Estados-membros que receberam esta população (Oliveira, 2021: 29). Ora, não estando reunidas as condições-base para que a recolocação de refugiados em contextos rurais tenha vantagens, mais provável será que o plano de repovoamento do território tenha pouca margem para sucesso, sendo o caso de estudo apresentado nesta investigação um aspeto dessa mesma realidade, e mais difícil também será que a população refugiada se queira fixar. No campo académico, o espaço que esta questão *conveniente* e também *convicta* (Costa e Sousa, 2017) tem ocupado torna-se crescente no que toca à sua relação com a migração internacional.

1.2 Um meio rural envelhecido e despovoado

Um pouco por toda a Europa, mas também fora do contexto europeu, as tendências sociodemográficas predominantes nas áreas rurais têm sido o envelhecimento da população e o despovoamento, tendo geralmente como fio condutor a procura de novas, mais competitivas e mais qualificadas oportunidades nos grandes centros urbanos, aglutinadores de recursos humanos e financeiros (Plug, 2016; Woods, 2016; Arora-Jonsson, 2017; Hedlund *et al.*, 2017; Georgieva-Stankova *et al.*, 2018; Tardis, 2019; Gauci, 2020; Almeida, 2020; Díez e Fanjul, 2020; Rye e Slettebak, 2020). No que diz respeito às tendências demográficas, Portugal não foge daquilo que parece a norma: no quadro internacional, é atualmente o terceiro país mais envelhecido da Europa e prevê-se que em 2050 passe a ser o primeiro, de acordo com dados da Pordata de 2020. Em números, há no país 165 idosos por cada 100 jovens. No total na população portuguesa, o peso das pessoas em idade mais avançada tem-se acentuado ao longo dos anos por se viver durante mais tempo e, simultaneamente, assiste-se à diminuição da importância da camada jovem, por haver cada vez menos nascimentos. É por isso que Portugal se encontra em *duplo envelhecimento* (Rosa e Chitas, 2010), fenómeno que coloca a renovação geracional em causa.

A nível territorial, a discrepância populacional que existe entre o interior e o litoral do país é evidente. Ferrão (2002) analisa este contraste, definindo o litoral de Portugal como mais urbano e económica e demograficamente mais dinâmico, em contraste com o interior, cujo perfil, além de rural, é também menos desenvolvido e demograficamente repulsivo (p. 154). Quanto à densidade populacional em *áreas predominantemente urbanas* (TIPAU, 2014), esta era 19 vezes superior à verificada em áreas rurais, em 2017, segundo o INE (2017: 83).

Este é um cenário que se tem vindo a desenhar desde os anos 60, altura em que o êxodo rural que se dá em Portugal é o responsável por despovoar 80% do território nacional (Almeida, 2020). Mas o fenómeno do êxodo rural cria também um círculo vicioso, aconteça onde ele acontecer: o declínio da população rural e o seu envelhecimento que resultam da migração do *campo* para a *cidade* refletem-se inevitavelmente na diminuição de infraestruturas básicas, de serviços e da taxa de empregabilidade nesses territórios (Plug, 2016). Assim, há cada vez mais pessoas a partir, não dando margem a que novas oportunidades se criem no meio rural e que novos investimentos por parte dos governos surjam, deixando nas *mãos* das cidades a reconfiguração dos fluxos sociodemográficos e económicos. Esta conjuntura, por sua vez, cria fenómenos como a urbanização, que, intensificada, evolui para a sobreurbanização (Gugler, 1982), responsáveis por criarem desequilíbrios territoriais e sociais. Prova disso é a pressão que as cidades europeias sofrem atualmente, a qual não as deixa responder às demandas de todos os seus habitantes, como, por exemplo, no que diz respeito ao mercado da habitação, que está sobrelotado, e às redes de transportes e serviços, que estão sobrecarregadas e desgastadas.

Concomitantemente, a integração de refugiados e imigrantes a nível local, em pequenas e médias cidades e em áreas rurais, tem surgido na literatura estrangeira cada vez mais associada a respostas eficazes e holísticas (Gauci, 2020; Tardis, 2019; Plug, 2016), tanto para o sucesso nos processos de acolhimento e de integração, como para a mitigação dos efeitos do envelhecimento da população e do despovoamento nessas áreas, aliviando ao mesmo tempo a pressão nas grandes cidades, onde se concentra a maioria da população (OCDE, 2018). O tema ganha relevância desde que o processo do “burden-sharing” entrou em curso na União Europeia, de forma a gerir o acolhimento de refugiados e o respetivo encaminhamento para os vários Estados-membros, através do qual deve ser feita uma distribuição equitativa dos refugiados pelos diferentes países e, dentro de cada um, essas pessoas devem ser acolhidas de acordo com a dimensão e densidade populacional de cada região ou cidade (Plug, 2016: 24-25).

Não obstante, é importante ter em conta que nem todas as cidades ou áreas rurais têm a mesma capacidade de resposta e os mesmos meios para promover um acolhimento eficaz destas pessoas nem para as fixar. A título de exemplo, autores como Rye e Slettebak (2020) e Hedlund *et al.* (2017) não encontram na imigração uma forma de revitalizar as áreas rurais. Rye e Slettebak (2020) mostram, através da sua investigação conduzida na Noruega, que os municípios rurais que mais tentam combater o despovoamento e a dependência económica do exterior (características comuns das *áreas fragilizadas* [Zanon, 2014]) são aqueles que menos veem chegar migrantes, tendo sido os municípios rurais com uma população mais jovem a receber o maior número de pessoas. Assim, os autores concluem que, apesar de a imigração beneficiar a população rural em geral, a maioria dos

migrantes encontra-se a viver em comunidades rurais mais viáveis em termos demográficos e financeiros. Hedlund *et al.* (2017), por sua vez, concluem que, na Suécia rural, a chegada de imigrantes foi muito mais significativa nas áreas urbanas do que nas rurais; e mesmo aqueles que inicialmente se deslocaram para as rurais acabaram por abandoná-las mais tarde, rumo às cidades, pela falta de postos de trabalho. Neste caso, a imigração acabou por intensificar a pressão urbanística e enaltecer a disparidade demográfica entre o meio rural e o urbano, por não haver motivos de fixação para aquela população. Se, por um lado, a população imigrante contribuiu para o aumento da percentagem da população total em idade ativa (o que poderia mitigar os efeitos do envelhecimento no país), por outro, essa mudança não se traduziu no aumento da percentagem de população ativa imigrante empregada e, assim, não significou também a melhoria da dependência económica das áreas economicamente mais frágeis. Da Suécia para a Bulgária, Georgieva-Stankova *et al.* (2018) defendem que uma integração bem-sucedida de refugiados e imigrantes pode contribuir, parcialmente, para a revitalização de aldeias despovoadas, ao trazerem consigo as suas competências, tradições e experiência profissional para a diversificação das economias locais. Ainda assim, os obstáculos principais a esta integração estão relacionados com desvantagens estruturais, como políticas de integração insuficientes e a falta de soluções adequadas para intervir em áreas desfavorecidas.

Num prisma adjacente, Ruhs (2019) alerta para o facto de também existirem perigos consideráveis de instrumentalização dos refugiados, ao trazer para debate a possibilidade de algumas políticas poderem vir a ser preparadas com vista à admissão de refugiados em países de elevado rendimento apenas pela sua utilidade económica, a par dos migrantes económicos (p. 22). Em conformidade com este autor, estão Costa e Sousa (2017: 50-51) quando expressam que “[a] dificuldade em separar os imigrantes económicos e os refugiados é também uma razão para que a situação destes no mundo esteja muito dependente dos interesses económicos nacionais em abrir ou fechar as fronteiras e da compaixão pela sua situação difícil”, citando Bohmer e Shuman (2008: 251).

Estes contributos abrem espaço para a discussão entre as fronteiras que existem entre a migração *voluntária* (económica) e a *forçada* e entre o binómio agência/estrutura, que definem o ‘imigrante’ (que tem iniciativa ou agência para decidir) e o ‘refugiado’ (condicionado estruturalmente pela sociedade de origem). As presentes diferenciações terminológicas dificultam uma análise mais precisa do que realmente está em causa com a integração e a inclusão em zonas rurais, uma vez que a linha que define uma possível instrumentalização dos imigrantes e dos refugiados para fins laborais (Ruhs, 2019), com vista a revitalizar economicamente essas regiões, torna-se ténue, quando relacionada com aquilo que áreas fragilizadas lhes podem oferecer, a nível social, económico e geográfico.

Efetivamente, estas distinções não são isentas de debate: uma migração voluntária poderá ser também uma migração forçada, na medida em que a pessoa que migra pode encontrar-se, por exemplo, numa situação de pobreza extrema e ver-se obrigada a partir, e numa migração forçada a pessoa ter procurado refletir sobre a melhor decisão a tomar, não menosprezando a busca de uma melhor condição económica de vida e, por isso, ter capacidade de *agência* (Oliveira *et al.*, 2020: 11). De acordo com Richmond (1988), a migração internacional está ainda muito vinculada ao carácter voluntário dessas mobilidades, apesar de já não ser adequado caracterizar os movimentos (forçados) dos refugiados sem ter em conta o estado da economia global (p. 6). Sobre este ponto, Sales (2007, citada por King, 2012) reitera que a lacuna nesta distinção está presente no facto de não se ter assumido desde cedo que os conflitos podem também devastar a economia de um país, forçando a fuga da população residente, embora isso não se coadune com a definição de *refugiado* usada pelas Nações Unidas – que se foca no medo de perseguição racial, religiosa ou política:

o termo refugiado aplicar-se-á a qualquer pessoa (...) [q]ue, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar. (artigo 1º, A (2), Convenção de Genebra)

King (2012) corrobora que os conflitos estão cada vez mais relacionados com a rutura das estruturas estatais, o que torna as razões económicas e políticas da migração fortemente entrelaçadas. Ainda assim, Sousa *et al.* (2021) avançam que “o conceito de refugiado pode ser utilizado em várias aceções, permitindo incluir no seu âmbito categorias mais ou menos amplas de pessoas que são obrigadas a deixar os seus locais de residência por sentirem as suas vidas ameaçadas” (p. 21). Não obstante, para os motivos da pesquisa, os termos *refugiados* e *imigrantes* serão apresentados juntos, na medida em que a categoria de *migrantes* já engloba os dois.

Sobre a migração em Portugal, questões relativas à instrumentalização de migrantes têm sido abordadas, nomeadamente no que refere à empregabilidade no setor agrícola, como explicitado na introdução desta pesquisa (Dias Cordeiro e Rocha, 2021; Henriques, 2021; Henriques, 2020) e segundo contribuições académicas como a de Almeida (2020), por exemplo. A oferta destes postos de trabalho é também frequente em distritos no interior do país, onde há, a par da literatura estrangeira, muitas áreas conotadas com mais fragilidades (Oliveira, 2021: 123-124), que, por sua vez, têm um perfil mais

rural (Ferrão, 2002). Neste sentido, olhar para o meio rural em Portugal com vista ao seu desenvolvimento e ao aproveitamento dos seus recursos endógenos afigura-se de extrema importância. Se, por um lado, ele pode ser entendido como um *safe haven* (Tardis, 2019: 37) – por disponibilizar uma maior e mais acessível oferta de habitação, por facilitar o estabelecimento de laços interpessoais nas comunidades locais e a mobilização de redes solidárias, por oferecer um custo de vida menor relativamente àquele existente nas cidades e por satisfazer a necessidade de encontrar um sítio protetor, seguro e tranquilo (Plug, 2016: 25) –, por outro, ele pode também privar os refugiados de oportunidades de emprego e da ligação e interação com as suas redes étnicas, sociais ou familiares, promovendo o seu isolamento (Wren, 2003: 58; Bloch e Schuster, 2005: 493, citados por Sousa *et al.*, 2021: 27; Georgieva-Stankova *et al.*, 2018: 142) ou a sua estigmatização e segregação (Wren, 2003: 63, citado por Sousa *et al.*, 2021: 27; Georgieva-Stankova *et al.*, 2018: 142). Ao colocar estas pessoas em sítios sem minorias, pode também dar-lhes mais visibilidade entre as comunidades locais e expô-las a abuso e violência racista (Bloch e Schuster 2005: 507; Platts-Fowler e Robison 2015: 486, citados por Sousa *et al.*, 2021: 27). Adicionalmente, também a investigação de Rebelo (2020: 161) chama a atenção para o facto de a dispersão geográfica poder colocar os refugiados numa situação de isolamento e de invisibilidade, dependentes da “boa sorte”, de acordo com um dos seus interlocutores, por falta de consistência dos mecanismos institucionais entre os locais de acolhimento em áreas rurais remotas. Sem a devida preparação prévia de terreno e o desenvolvimento endógeno destas áreas, corre-se o risco de a resposta à inclusão de refugiados que o meio rural pode dar passar a oscilar entre a *compaixão* e a *repressão* (Fassin, 2005).

Capítulo 2. O desenvolvimento das áreas rurais e a inclusão de refugiados a nível local

A relação estabelecida entre a migração internacional e a integração nas áreas rurais no estado da arte visita diversos e distintos campos, indo desde a sustentabilidade das comunidades rurais à demografia, ao desenvolvimento rural, à migração laboral, aos poderes locais e à mudança social que a entrada ‘em palco’ de novos atores inevitavelmente produz. Não se pretende neste capítulo encontrar nenhuma *constante* desta relação, mas antes compilar as questões que estão envolvidas no desenvolvimento endógeno das áreas rurais e no processo de chegada e inclusão de refugiados a esses sítios. Ter-se-á por base a noção de que a migração é um fator-chave de mudança (social, económica, política, territorial e cultural) e que os migrantes e os refugiados são agentes ativos nesse processo de mudança, que por seu lado é contíguo ao próprio processo de integração e inclusão, no qual eles

devem participar ativamente e do qual eles devem desfrutar. Nestes termos, a migração abre caminho para uma ‘nova ruralidade’ (Woods, 2016) e mostra-se cada vez mais indissociável do desenvolvimento.

2.1 A importância da ação a nível local

De acordo com as contribuições já mencionadas neste estudo sobre a integração de refugiados em Portugal, pode afirmar-se que a capacidade de o governo acolher e integrar é limitada. Simultaneamente, o foco das políticas europeias e nacionais sobre o acolhimento e a integração tem-se deslocado para a dimensão local, uma vez que ela permite encontrar soluções *simplificadas*, pragmáticas e de proximidade para enfrentar a complexidade de questões com que os Estados-membros têm de lidar, para melhor responder às necessidades da população refugiada (Plug, 2016; Tardis, 2019; Gauci, 2020; Oliveira, 2021; Sousa *et al.*, 2021) e, assim, perspetivando colmatar as limitações que há a nível nacional. A integração faz-se, efetivamente, a nível local (Pires, 2016), por ser nesta dimensão que questões como a habitação, o acesso ao mercado de trabalho, o acesso à saúde e à educação são abordadas na prática (Glorius *et al.*, 2019, citados por Almeida, 2019: 94-95) e que os indivíduos interagem entre si e com as comunidades locais (Gauci, 2020: 16). Já em 2011, a Comissão Europeia firmava que a integração “é um processo que começa no terreno e que a políticas devem ser desenvolvidas no quadro de uma abordagem genuinamente «da base para o topo», próxima do nível local” (COM, 2011), processo esse que se deve destinar ao aumento da participação dos migrantes na sociedade de acolhimento.

O tipo de abordagem «da base para o topo» (*bottom-up*) assenta, geralmente, nos pilares da participação, do empoderamento e da coesão social, em que as estratégias e as prioridades definidas para intervir a uma microescala são definidas simultaneamente por atores locais da população, por grupos de interesse económico e social e por representantes de instituições públicas e privadas. Consequentemente, é fundamental ter a noção da capacidade de agência (*agency* ou capacidade de agir diretamente sobre algo) que os migrantes e os refugiados têm nos próprios processos de integração e inclusão em comunidades locais, na medida em que se considera que ela é condição *sine qua non* para pôr em movimento os pilares da abordagem «da base para o topo».

Enquanto indivíduos em movimento, os migrantes e os refugiados vão acumulando conexões dos sítios onde viveram e por que passaram e das pessoas que conheceram ou com que se cruzaram, transportando-os consigo para onde se irão estabelecer, o que para Woods (2016) se traduz na capacidade transformadora da migração internacional nas áreas rurais a nível social, económico e

cultural. Reconhecendo-os como atores “e não meros sujeitos passivos dos seus percursos e processos de integração” (Sousa *et al.*, 2021: 28), os migrantes e os refugiados podem partilhar e introduzir conhecimento, ideias, práticas e sabores culturais, bens de consumo ou tradições nas comunidades rurais onde se estabelecem, misturando-os nas práticas culturais e nos recursos endógenos dessas mesmas comunidades (Woods, 2016: 574, 588), materializando a participação e o empoderamento destas pessoas e a coesão social nesses espaços.

Relacionado com o reconhecimento da *agência* dos indivíduos, está o conceito de reciprocidade, explorado pioneiramente pelo antropólogo Pitt-Rivers (1973) em «La Ley de la Hospitalidad» e, anos mais tarde, aprofundado através da teoria feminista da hospitalidade (Hamington, 2010). O conceito da *hospitalidade* resume-se, de uma forma menos teorizada, ao convite que se faz ao *estrangeiro*, ao *turista*, ao *hóspede*, ao *estranho* para entrar em nossa casa ou no nosso território, sob uma receção generosa. Contudo, é suposto que essa hospitalidade tenha um tempo definido, finito, sendo composta por rituais de aceitação e por códigos específicos que exprimem uma lei universal, natural e abstrata da hospitalidade (O’Neill, 1991: 72). Esta lei universal pauta-se por uma lógica de reciprocidade, na qual o *hóspede* ou o convidado tem de honrar o anfitrião e estará a violar a lei da hospitalidade se usurpar o papel do anfitrião ou se recusar o que lhe é oferecido. O anfitrião, por seu lado, para não violar esta lei, tem de honrar o convidado, não podendo demonstrar hostilidade de forma alguma, tem de defender todos os convidados entre si e tem de oferecer o melhor que tiver para dar (*idem*).

O’Neill (1991) prossegue com uma crítica ao modelo rigoroso, objetivista e estruturalista de Pitt-Rivers, dizendo que uma “aderência extrema às perfeições do modelo de reciprocidade invocado nas regras rituais de hospitalidade tem o efeito de minimizar – até de abafar – o papel ativo dos agentes sociais envolvidos” (p. 87). Retomando e explorando os meandros da *hospitalidade* na academia, a teoria feminista da hospitalidade olha para as questões da identidade, da inclusão, da reciprocidade e do envolvimento, resistindo à unidirecionalidade da relação anfitrião/convidado – que dita que o primeiro oferece e o segundo recebe. Para Hamington (2010) e O’Neill (1991), as trocas entre as duas partes são recíprocas e ambas têm algo a ganhar com este encontro. Na sua relação estão, por isso, implicados valores como o respeito mútuo, a humildade e a aprendizagem e o crescimento conjuntos (Hamington, 2010: 28).

O paradoxo que aqui reside é que a *hospitalidade* com pessoas refugiadas é determinada pelas fronteiras internas estabelecidas pelos Estados-nação que acolhem (*os anfitriões*) e se comprometem a integrar, deixando-as numa posição subalternizada por, frequentemente, não lhes reconhecerem, por exemplo, os direitos e deveres que estão consagrados na lei, a sua *agencialidade* ou até (mais

restritamente) as suas competências profissionais. Pela lei de asilo da UE² e pela Convenção de Genebra (ONU, 1951) – de que Portugal é signatário – estas pessoas não têm estatuto de “convidado”, mas tão-somente lhes é conferido o direito de viver no país e de nele adquirirem plena cidadania. A hospitalidade “generosa” do início transforma-se rapidamente em hostilidade (Derrida e Dufourmantelle, 1997), hierarquizando “o Estado-anfitrião como uma ‘autoridade’, face ao ‘convidado-refugiado’” (Rebelo, 2020: 102).

Neste mesmo plano, pode integrar-se o humanitarismo, quando ele serve o propósito de controlar as mobilidades, reforçando as hierarquias e as desigualdades (Fassin, 2010, citado por Rebelo, 2020: 82) ao imobilizar e confinar os migrantes e os refugiados em campos e em centros de detenção em nome da oferta generosa de tratamento humanitário (Fassin, 2005). De acordo com Boltanski (1999), citado por Rebelo (2020: 91), é também “a lente do humanitarismo que desvia a atenção da agencialidade e da motivação das próprias pessoas”.

À luz da teoria feminista da hospitalidade, a participação e o valor enquanto aspetos angulares da inclusão (Hamington, 2010: 26) estão relacionados com o reconhecimento da agencialidade, sendo que também o estão numa intervenção em microescala sob uma abordagem *bottom-up*, na medida em que a partir da valorização da participação e do empoderamento das pessoas envolvidas abrem-se caminhos autónomos e dignificantes, distantes do sofrimento social (Santinho, 2013: 26) e do humanitarismo, para a diversidade, mas, sobretudo, para uma verdadeira e eficaz inclusão social na comunidade de acolhimento. Deste modo, não só se permite que essas pessoas sejam uma figura ativa no meio em que se encontram e desfrutem dele, como a sua subalternização ou exclusão social – configuradas a partir daquilo que Hamington (2010) chama de “espiral descendente de repressão” (p. 26) – não têm espaço para existir. Paralelamente, esta inclusão e inerente transformação do meio onde ela se dá podem, por um lado, influenciar alternativas ao acolhimento rígido e hegemónico do Estado (Rebelo, 2020: 106) e, por outro, fazer emergir uma ‘nova ruralidade’, mais híbrida, multicultural, cosmopolita e conectada com o resto do mundo (Woods, 2016: 571), que funcionará como uma potencial contribuição para o desenvolvimento.

2.2 Descentralizar e dispersar: uma lógica sustentável na teoria

² A base jurídica da política de asilo da UE assenta nos seguintes artigos: 67º (nº 2), 78º e 80º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e no 18º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Fonte: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/151/politica-de-asilo>

Na literatura académica, o modelo da dispersão geográfica é descrito não só como uma estratégia por que se optou para encontrar soluções pragmáticas a nível local no processo de integração de refugiados no país, mas também como uma forma de limitar a concentração desta população nos grandes centros urbanos – já por si só pressionados nos campos da habitação, do emprego, dos transportes e da saúde (Plug, 2016; Morén-Alegret *et al.*, 2018; Tardis, 2019) –, de valorizar “o potencial do acolhimento também em territórios de média e baixa densidade” (Oliveira, 2021: 133), de distribuir os custos associados ao acolhimento e de tornar esta ação numa ação holística que conte com a participação ativa e responsável dos vários intervenientes, a nível nacional e local, que trabalham para o mesmo propósito, e ainda com vista a reduzir tensões raciais ou a exclusão social (Hynes, 2011: 61-63, citado por Sousa *et al.*, 2021).

A *descentralização* do poder de decisão, de pessoas e de recursos financeiros foi apresentada como um dos princípios-chave do novo modelo de acolhimento definido em Portugal a partir de 2015, após a criação do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações - GTAEM (Despacho nº 10041-A/2015, de 3 de setembro), face à pressão migratória na Europa, surgindo em linha com a importância que o *local* tem vindo a assumir perante o fenómeno da globalização (Sousa *et al.*, 2021). A partir de então, as famílias refugiadas têm sido distribuídas por todo o país, para evitar a concentração geográfica e lhes possibilitar que tirem partido do apoio local dos conselhos, sendo que houve várias instituições a mostrarem-se disponíveis para acolher e darem o seu apoio para alojamento, emprego, formação profissional, aprendizagem da língua portuguesa e acesso a escolas públicas e cuidados de saúde (como mencionado no capítulo 1).

Se, na prática, os aspetos elencados fossem cumpridos, as estratégias de *descentralizar* e *dispersar* seriam sustentáveis para a integração plena que se quer fazer cumprir, ao dividirem a responsabilidade cívica de integrar pelo país inteiro e ao beneficiarem de ações concretas no terreno que envolvam a participação conjunta de municípios, da sociedade civil e dos migrantes. A criação de laços de proximidade com os refugiados torna-se mais fácil e, conseqüentemente, será também mais fácil aferir concretamente as suas necessidades para lhes poder responder com celeridade e eficácia, não atrasando o caminho para a sua plena integração. Contudo, de acordo com Sousa *et al.* (2021), este modelo de dispersão também apresenta problemas, porque “obriga à existência de uma estrutura complexa que possa articular a ação dos diferentes agentes envolvidos no terreno” e, assim, “pode fomentar a existência de tensões entre instituições com diferentes interesses e diferentes níveis de poder” (p. 26). Além disso, as diferentes características dos locais e das instituições condicionam e determinam o sucesso da integração (p. 27) e isso é perceptível nos territórios do interior do país, nomeadamente nas áreas rurais remotas (Rebelo, 2020: 161, 171, 221, 253).

Nesta linha, a falta de recursos e de financiamento das organizações e associações de apoio é muitas vezes assinalada como um obstáculo à prestação de serviços contínuos e concertados (Boese e Phillips, 2017; Sousa, 1999; Sousa *et al.*, 2021), como revela o Observatório das Migrações (Oliveira, 2021: 123-124): algumas instituições sediadas localmente que se mostraram elegíveis para acolher pessoas manifestaram não estar preparadas para assegurar uma resposta de acolhimento melhor ou mais adequada exatamente pela fragilidade ou falta dos seus recursos humanos e financeiros. Aqui, é de sublinhar a falta de formação adequada para acolher refugiados (Tribunal de Contas, 2019: 39, citado por Sousa *et al.*, 2021: 28) com a qual estas instituições lutam (Sousa *et al.*, 2021: 48, 58), sendo que os refugiados acabam por sair prejudicados desta situação que se tem vindo a arrastar.

Perpendicularmente, Boese e Phillips (2017) defendem que as políticas ou ações locais de apoio ao acolhimento e à integração devem ter em conta uma investigação qualitativa prévia sobre o contexto local onde vão ser implementadas/acionadas e sobre o perfil dos migrantes desse mesmo contexto (Boese e Phillips, 2017). Feita essa análise, haverá uma melhor perceção, por um lado, sobre que abordagem se deve adotar para satisfazer as necessidades da população num todo e, por outro, dos fluxos de mobilidade que poderão acontecer, de acordo com os perfis e com as expectativas dos migrantes. Tal investigação pode ajudar a responder às situações de mobilidade contínua de migrantes e refugiados (Rebelo, 2020), que afetam o planeamento e a prestação de serviços a nível local, e pode conduzir a uma *manta de retalhos* desigual de respostas dos governos locais em combinação com o sector comunitário. A par desta perspetiva, Sousa *et al.* (2021) propõem a definição de um plano nacional de acolhimento e integração de refugiados que inclua a diferenciação entre fluxos continuados e de emergência, defendendo que, assim, será mais fácil atender às necessidades específicas dos refugiados e dos migrantes (p. 99) por se poder prever que expectativas e perspetivas de permanência e fixação no território existem da parte deles.

Esta secção mostra que a solidez numa resposta local será possível se previamente estudada. Assim, poder-se-á colmatar o tipo de desafios e fragilidades (cf. *subcapítulo 1.2*) descritas por Santinho (2011), Almeida (2019), Rebelo (2020) e Sousa *et al.* (2021) e desobstruir o caminho para a integração e fixação a longo-prazo dos migrantes e refugiados nas áreas rurais, tirando proveito da proximidade do modelo de ação local (que a dispersão geográfica possibilita) em curso nestas áreas e das características que elas oferecem no que toca, por exemplo, à habitação acessível e disponível, aos preços mais baixos aí praticados, comparando com os dos centros urbanos, à facilidade de interação com as comunidades residentes ou maior proximidade com elas e à segurança (Plug, 2016). De facto, os mecanismos de descentralização e de dispersão territorial são teoricamente sustentáveis, por aliviarem os Estados nas respostas complexas que lhes cabe dar no que toca ao acolhimento e à

integração, alocando e distribuindo os esforços em diferentes zonas territoriais. Porém, na prática, a falta de coordenação e articulação nessas áreas e as diferentes capacidades de resposta não promovem uma contribuição eficaz e concertada. Alinhado com uma análise prévia dos contextos locais e do perfil dos refugiados e migrantes à intervenção no terreno, o aproveitamento dos recursos endógenos destes contextos para o desenvolvimento das áreas rurais torna-se fulcral, se, por um lado, tanto as políticas europeias como as nacionais incluem as áreas rurais nos seus planos de dispersão e encaminhamento de refugiados e migrantes e, por outro, as respostas institucionais não demonstram ser suficientes.

2.3 A mobilização de recursos endógenos para o desenvolvimento rural e para a inclusão

Assumindo que o interior rural de Portugal é composto por *áreas fragilizadas* (Zanon, 2014) com debilidades geográficas (devido ao seu isolamento geográfico e às condições meteorológicas extremas), económicas (pela sua exclusão das dinâmicas de mercado e dependência de recursos exteriores) e sociais (pelo despovoamento e envelhecimento da população), o aproveitamento do *capital social*, enquanto recurso endógeno, é um fator-chave para o desenvolvimento rural. Zanon (2014) define este termo como o resultado da interação entre os atores locais, o *local* em si e o mundo exterior, mediado pela capacidade que as três partes têm de partilhar objetivos, através de relações informais e formais, e de construir redes sociais (pp. 337, 339). Estas redes sociais, por sua vez, e a cooperação entre os atores locais podem colmatar a falta de *capital económico* – que é uma constante em *áreas fragilizadas* –, ao tirar proveito dos recursos territoriais existentes e do conhecimento (*know-how*) dos vários agentes envolvidos, abrindo, assim, caminho para o desenvolvimento.

A atenção que tem sido dada ao *local* em diversos campos solicita um conceito de desenvolvimento pelo qual o bem-estar e a qualidade de vida não dependem apenas do crescimento e da prosperidade económica, mas também de um conjunto de atividades não comerciais, de ligações sociais estabelecidas localmente e do sentimento de pertença das comunidades locais (Zanon, 2014: 338). Dudley Seers (1969; 1977) já falava num novo significado de desenvolvimento (*a new meaning of development*) que deveria resultar da interação de fatores económicos, culturais, políticos e ecológicos, numa ótica de transformação social profunda, onde a identidade regional e a participação política territorial representam um papel importante (Stöhr, 1987).

A díade *place-identity* (ou lugar-identidade) aparece na literatura diretamente relacionada com o desenvolvimento, a participação territorial e o *capital territorial* (conceito que remete para o papel do conhecimento e os processos de produção do conhecimento [Zanon, 2014: 337]), na medida

em que ela é uma componente fulcral para a construção das comunidades e para a reconstrução de relações sociais nessas comunidades (Henriques, 2006). Entendendo-as enquanto ramificação do *capital social*, a *identidade* e o *sentido de pertença* a um determinado lugar são talvez o *leitmotiv* mais sonante para o desenvolvimento local e rural, por possibilitarem a criação de redes sociais fortalecidas dentro de uma comunidade, espacialmente localizadas e orientadas para objetivos definidos (Zanon, 2014). Por sua vez, o que faz diferença num sítio excluído das dinâmicas de mercado é a capacidade de os atores locais criarem essas redes sociais orientadas para o desenvolvimento de objetivos, tendo em conta os ‘quatro capitais’ que Zanon (2014: 343) descreve como os domínios do desenvolvimento “essenciais ao futuro da humanidade”: o ecológico, o económico, o social-institucional e o humano. Não obstante, numa dimensão mais institucional, Arora-Jonsson (2017) avança com uma abordagem crítica ao cruzamento do *desenvolvimento* com a *integração*, tendo em conta as dicotomias existentes nas políticas de integração e nas políticas rurais na Suécia: de acordo com a autora, enquanto as políticas de integração são consideradas processos dinâmicos que procuram fomentar a inclusão e a democracia, as políticas rurais apresentam-se como processos estáticos, que procuram preservar a narrativa “identitária rural” e acabam por se inclinar para comportamentos de exclusão, onde a cultura deve permanecer fixa ao que sempre foi e não se revela propícia a seguir o seu inerente carácter dinâmico com a chegada de culturas diferentes ao meio rural.

Perpendicularmente, a alternativa emergente proposta por Stöhr e Tödtling (1978), citados por Henriques (2006: 236), é a da teoria de *desenvolvimento da base* (*‘development from below’*); uma alternativa autossustentável que enfatiza a mobilização e a utilização de recursos endógenos ao serviço das necessidades básicas regionais, operando numa sinergia ativada pela presença de agentes e instituições específicas dentro de uma região e da sua interação dinâmica e mútua. Através de Zanon (2014: 337) chega também a proposta de um *desenvolvimento alternativo* de Friedmann (1992) que expressa a necessidade de empoderar ou encorajar aqueles que normalmente são excluídos dos lugares de decisão, coadunando-se com o fio condutor da teoria feminista da hospitalidade (Hamington, 2010). A título de exemplo, o programa LEADER (*Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale*), financiado por fundos estruturais europeus, nasce exatamente como um mecanismo de desenvolvimento local que incentiva os atores locais a desenvolverem o seu território, utilizando o seu potencial de desenvolvimento endógeno através dos valores da participação e do empoderamento (Gauci, 2020: 38) – a base da abordagem *bottom-up* (Plug, 2016).

Plug (2016), por seu turno, indica que tanto a *abordagem territorial* como a *local*, enquanto teorias para o desenvolvimento rural, são relevantes para o debate de uma verdadeira inclusão social das comunidades migrantes e refugiadas. Se, à luz do já explorado anteriormente (cf. *subcapítulo 2.1*),

a capacidade de *agência* destas comunidades for reconhecida e fomentada, a sua inclusão pode beneficiar tanto os migrantes e os refugiados como as comunidades de acolhimento, sob a forma de “contribuições financeiras, remessas sociais, intercâmbio de conhecimentos e mudança cultural” (ENRD, 2016: 22). Apesar de o estado da arte revelar algumas inclinações para a *conveniência* – que Costa e Sousa (2016) exploram – do acolhimento de refugiados e de migrantes em zonas rurais, as diferentes perspetivas destacam frequentemente a agencialidade destes indivíduos ao abordar o impacto que a sua integração e/ou inclusão têm no meio, nas comunidades locais (Georgieva-Stankova *et al.*, 2018; Woods, 2016; Gauci, 2020) e na sua sustentabilidade social (Scott *et al.*, 2000) e ambiental (Morén-Alegret *et al.*, 2018)

Ainda numa perspetiva de desenvolvimento rural, Woods (2016) refere que não só as indústrias rurais tradicionais dependem dos migrantes em algumas regiões, como também estes migrantes podem encontrar trabalho enquanto dentistas ou médicos nas comunidades rurais (Woods, 2016: 583), colmatando a falta deste tipo de serviços básicos em zonas remotas. Em países como o Canadá (Lam, 2019), a chegada de migrantes a áreas rurais pauta-se pela procura de oportunidades de trabalho locais, mas também de um custo de vida mais baixo, de habitação acessível e de uma melhor qualidade de vida (traduzindo-se estes em ‘valores únicos naturais’ [Zanon, 2014: 343]). O governo canadiano acabou por adotar um modelo de ação privado como estratégia para revitalizar os centros regionais, ao ‘apadrinhar’/‘patrocinar’ a ida de refugiados para lá (Rural Development Institute, 2016), estratégia essa igualmente vista como uma forma de fortalecer comunidades, preencher lacunas a nível local, rejuvenescer economias locais e aliviar pressões nas grandes cidades (Lam, 2017). Aos ‘patrocinadores’ (grupos de pessoas ou organizações), por seu lado, cabe fornecer assistência financeira e apoio na instalação aos refugiados que escolheram acolher, pelo menos durante um ano após a sua chegada (Sousa *et al.*, 2021: 25-26).

Ressalvando o facto de não ser adequado comparar o desenvolvimento local com o regional devido às diferenças de escala, como defende Zanon (2014), estas contribuições mostram como, na base de um novo caminho para o desenvolvimento local e rural, está sempre o *capital social*, no que toca ao aproveitamento de recursos internos, a mobilização da rede de atores locais e dos seus conhecimentos e a cooperação mútua entre diferentes atores. No entanto, como adverte Zanon (2014), não basta uma “disposição genérica para as relações sociais”; é também necessário apoiar a aprendizagem coletiva (também referida por Hamington, 2010; cf. *subcapítulo 2.1*) para a consolidação do conhecimento e do “saber fazer” (*know-how*) das comunidades, cujo alicerce deverá ser um ambiente coletivo de confiança, de reciprocidade e socialmente inclusivo, que possibilite uma

gestão adequada dos recursos, a inovação das tendências habituais do território e talvez, numa perspetiva macro, a reestruturação global (Henriques, 2016).

3. Metodologia

A investigação foi pensada para ser elaborada em quatro fases, assentes numa metodologia qualitativa, por essa permitir estudar os dados a partir de um determinado contexto ou de uma situação concreta (Bryman, 2016; Coutinho, 2016, citando Shaw, 1999). No sentido de desconstruir cada componente da pesquisa e analisar todo o processo de inclusão social na aldeia escolhida para conduzir o estudo, optei por abordar o tema sob uma perspetiva antropológica e um enquadramento etnográfico. Num primeiro momento, defini a área geográfica rural onde a pesquisa se ia desenvolver, não de forma a usá-la enquanto exemplo representativo de todas as áreas rurais em Portugal – representatividade essa que não se justificaria com a abordagem antropológica nem com a metodologia qualitativa em que se baseou a investigação – mas de forma a que, atendendo às suas características, pudesse aferir as condições sobre as quais o projeto-piloto ia intervir e, posteriormente, pudesse avaliar que tipo de impacto estava a acontecer no terreno. De acordo com Coutinho (2016), citando Pacheco (1993), numa investigação qualitativa “a generalização é substituída pela particularização”, situando o interesse da pesquisa no seu conteúdo em detrimento do procedimento que se utilizou (p. 29).

Num segundo momento, analisei os dados secundários recolhidos da revisão de literatura, que compõem o capítulo do estado da arte, de forma a aplicá-los à área definida para prosseguir o estudo. Na fase inicial de pesquisa bibliográfica, concluí que, em Portugal, os estudos que relacionam o meio rural com as migrações são ainda recentes e, por isso, a bibliografia encontrada a nível internacional serviu de base para se reconhecerem ações semelhantes em áreas rurais noutros países, para limar as arestas da investigação e encontrar a direção que lhe queria dar. A partir daqui, foi mais fácil definir as variáveis que queria analisar e as hipóteses que queria testar quando fosse para o terreno, em trabalho de campo. Foi também nesta etapa que comecei a fazer as primeiras entrevistas semi-estruturadas – a instituições, organizações e associações parceiras do Projeto LAR – de forma a traçar um caminho cronológico sobre os apoios que surgiram direcionados ao projeto e que papel tinham eles na sua implementação.

A terceira fase da investigação traduziu-se no trabalho de campo que se conduziu na área rural escolhida para implementar o Projeto LAR. A recolha dos dados primários no terreno em estudo foi desbloqueada pela oportunidade de fazer voluntariado com a associação lá sediada (que formaliza a criação do Projeto), na medida em que fui frequentemente reconhecida enquanto voluntária e pessoa com ligação direta ao projeto e não como estudante. Desta forma, foi possível conduzir entrevistas etnográficas com mais profundidade.

O trabalho de campo etnográfico contou com cerca de três meses. Porque “não há observação sem anotação” (Beaud e Weber, 2007: 97), o método da observação-participante foi usado com o auxílio de anotações diárias no diário de campo, as quais permitiram complementar a informação científica e oficial recolhida até então. Efetivamente, sem essas “aides-memóire”, a descrição e esquematização dos momentos vividos na aldeia, junto da comunidade local e da recém-chegada, não teriam sido tão fáceis nem tão úteis para a reflexão que as sucedeu, já (fisicamente) fora do terreno. Para complementar a observação-participante, a escuta participativa (sugerida por Forsey, 2010), traduziu-se no método mais importante adotado e aquele que pautou toda a investigação. Apenas através dele o trabalho de campo faria sentido, ao permitir-me dar o devido tempo que o *ato de ouvir* requer.

Por um lado, foi fulcral adotar a observação-participante como *forma de estar* e treinar a prática do distanciamento e da desambientação no processo de pesquisa, para conseguir “tornar familiar aquilo que é estranho e tornar estranho o que é familiar” como sugerem Beaud e Weber (1998: 99). Por outro, foi determinante *ouvir além* “to know about a person’s social milieu, their cultural influences, in order that we might be able to make links with previous and current decision-making” (Forsey, 2010: 568). Considerou-se a etnografia como a pedra basilar do estudo na medida em que é a única que permite “olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2010). O objetivo definido era ter acesso às vivências tanto das famílias refugiadas acolhidas na aldeia como dos habitantes locais para posteriormente explorar o impacto que a chegada destas pessoas estava a ter em toda a dinâmica social e física do território. Para tal, foram também realizadas entrevistas não-estruturadas e etnográficas (“as friendly conversations”, como propõe Spradley, 1979: 464) a quase todas as pessoas presentes no dia-a-dia da aldeia. A continuidade destas conversas foi condição *sine qua non* para atingir profundidade no processo de recolha destes dados qualitativos. A construção e o fomento da empatia e da confiança não teriam sido possíveis se o trabalho de campo não tivesse existido; nem mesmo se ele tivesse durado um mês. Neste sentido, ter flexibilidade de tempo e poder ter prolongado a minha estada na aldeia até quase três meses esteve a meu favor para o desenvolvimento da pesquisa.

No momento destas entrevistas “amigáveis”, o objetivo foi essencialmente recolher expressões mais contextuais – fossem elas verbais ou não-verbais –, as quais poderiam ter sido condicionadas se recolhidas através de entrevistas estruturadas, sobretudo junto das crianças de ambas as famílias. É também de esclarecer que toda a comunicação que houve com as duas famílias foi feita em inglês e que, apesar de a língua não se ter traduzido num obstáculo durante o trabalho de campo, a recolha de dados pode ter sido, em alguns momentos, limitada ou pode não ter sido transmitida na totalidade por essa condição. No que toca às entrevistas conduzidas à equipa técnica do Projeto LAR, essas foram já semi-estruturadas, à qual foi dada uma margem para que o raciocínio dos participantes fluísse na exploração dos tópicos abordados, o que também acabou por ser facilitado pela confiança estabelecida anteriormente.

Além da condição linguística, que pode ter limitado o que se depreendeu de certos momentos do trabalho de campo transformados depois em interpretações para a investigação, está também a consciência da minha posicionalidade, composta por traços autobiográficos, de individualidade e características intrínsecas que condicionam profundamente o processo etnográfico (Okely & Callaway 1992; Davies 1999, citados por Rebelo, 2020). No fundo, a metodologia desta investigação resumiu-se à construção e à desconstrução constantes, tanto de conceitos e hipóteses como de mim mesma, possibilitada pela imersão no terreno de estudo, embora não dispensando o valor da fidelidade que um investigador deve aos princípios fundamentais do procedimento científico aquando do tratamento dos dados recolhidos (Quivy e Campenhoudt, 1992: 23). Depois da aglomeração de todos os pormenores aí recolhidos, a ambição era formar um estudo diverso e íntegro com aquilo que podia fazer até ao momento. A atenção aos detalhes esteve sempre em primeiro plano, uma vez que é também ela que caracteriza a etnografia, como defende Magnani (2002: 17): “em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”. Tanto a complexidade das relações sociais no terreno como a complexidade com que se pauta um processo de adaptação a um novo meio e a um meio rural continuam a emergir, não deixando que o estudo se encerre totalmente por haver sempre fragmentos a acrescentar. A investigação apenas terminou porque em algum ponto se teve de decidir parar, mas a responsabilidade em descrever todo o processo investigativo com a exclusão e a introdução de dados qualitativos foi o mote para momentos de desmotivação, de confusão sobre o que é e não é relevante e de dificuldade em distanciar-me do que estava a *observar* ou do que tinha *observado* para conseguir analisar.

4. Resultados e discussão

4.1. O caso de estudo do Projeto LAR

O Projeto LAR - *Love and Respect* é um projeto-piloto que surge com o objetivo de incluir e fixar famílias de refugiados e imigrantes em aldeias despovoadas em Portugal, através da criação de condições de habitabilidade e de postos de trabalho no setor agrícola. O compromisso é garantir uma solução de inclusão social eficaz que conjugue interculturalidade, agricultura sustentável e promoção do meio rural, para dar a estas famílias uma nova perspetiva de futuro no país. A aldeia da Ima, na freguesia de São Pedro do Jarmelo, no concelho e distrito da Guarda, foi a primeira zona escolhida para conduzir esta intervenção em solo nacional. Se bem-sucedida, será replicada noutras aldeias portuguesas.

O LAR é composto por uma equipa técnica de cinco pessoas, sendo que parte dela são seus beneficiários diretos – dois refugiados³. As áreas de formação desta equipa vão desde psicologia e segurança relacionada às migrações a química, engenharia agrónoma e reabilitação psicomotora. Este projeto começa a ser implementado em 2019, sobre a base formalizada da Associação de Apoio à Inclusão de Imigrantes e Refugiados (AIIR) – uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criada em fevereiro de 2018 –, financiada pelo Portugal Inovação Social (em 70%) e pelo investidor social privado Jerónimo Martins (em 30%). O fundo comunitário do Portugal Inovação Social, por seu lado, definiu como métrica a integração de 14 pessoas na aldeia até 2022. Após essa data, o Projeto terá de ter condições para se autossustentar para poder continuar a sua ação no terreno.

Ao candidatar-se a esse programa, a iniciativa propôs-se agir sobre um tríptico, composto pelas deslocações humanas forçadas, pelo envelhecimento populacional em Portugal e pelo despovoamento do interior – identificados como problemas-base. A solução foi uma: trazer pessoas que precisam de uma casa para uma casa que precisa delas. O que esta ideia nuclear comporta é um trabalho complexo, de constante maturação, reinvenção e adaptação, que envolve não só uma equipa técnica todos os dias no terreno, como também uma comunidade inteira e uma rede de parceiros – todos atores-chave neste projeto. Assim, na aldeia da Ima, os esforços estão a ser mobilizados para a inclusão de quatro famílias refugiadas na comunidade local que tenham terminado os programas de acolhimento governamentais de 18 ou 24 meses (*cf.* Oliveira, 2021), de forma a criar condições propícias que lhes permita permanecer a longo-prazo ou, idealmente, que os faça querer ficar permanentemente em Portugal. No caso das famílias migrantes que não têm o estatuto de refugiado,

³ Além da equipa técnica, há outras pessoas envolvidas na elaboração do projeto (ver página oficial do LAR: <https://larproject.com/>) e que o apoiam fora do terreno. Ghalia Taki, por exemplo, figura de referência para a comunidade refugiada em Portugal, acompanha o projeto desde o início e colabora com ele enquanto mediadora e intérprete.

esta marca temporal dos 18 ou 24 meses não se aplica, presumindo-se apenas que elas já tenham passado por um processo de integração em Portugal que falhou.

Por esta razão, o Projeto LAR é uma resposta de segunda linha (por não se assumir enquanto instituição de acolhimento) que pretende colmatar a falha de integração que acontece nos primeiros meses em que estas pessoas se encontram a viver em Portugal, ao fim dos quais, na maior parte das vezes, ainda não conseguiram regularizar a sua situação a nível linguístico, habitacional e financeiro. Em termos concretos, fala-se de um processo em que, geralmente, os imigrantes e refugiados vivem em alojamentos com más condições (seja por espaço reduzido, seja por insalubridade) e por períodos temporários – não só por haver desconfiança por parte dos proprietários⁴, como também pelos preços praticados no mercado da habitação serem incomportáveis para muitas destas pessoas –, trabalham em condições precárias e não têm tempo ou apoio suficientes para passar a dominar a língua portuguesa (fator que lhes facilita a entrada no mercado de trabalho). Consequentemente, não conseguem autonomizar-se e tampouco garantir a dignidade da própria família.

Quando se desenhou o projeto, assinou-se desde logo um protocolo com a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) para que, à medida que as famílias iam terminando os programas de acolhimento ao abrigo das instituições, a PAR ia identificando aquelas que teriam interesse em integrar o Projeto. Contudo, impasses como a dificuldade em garantir a funcionalidade total do Projeto LAR, em encontrar pessoas que quisessem viver no interior e o surgimento da pandemia de covid-19 atrasaram a identificação de famílias interessadas:

(...) nessa altura, diziam-me que estava a ser difícil, porque era difícil as pessoas quererem vir para o interior; primeiro, já vinham de cidades grandes e, portanto, não tinham um perfil de adaptabilidade ao meio rural; outras vezes porque, mesmo que tivessem feito programas de acolhimento já em grandes cidades, já era mais uma mudança e as pessoas acabavam por preferir estar numa cidade, onde tinham mais acessibilidades, onde tinham mais apoios. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021).

Devido a esses obstáculos iniciais e também ao receio, por parte do Projeto, relativamente a Portugal poder ser apenas uma “porta giratória” na Europa, o LAR estendeu a rede de contactos a outras entidades espalhadas pelo país (nomeadamente o CPR, a Cruz Vermelha, a Cáritas Portuguesa, a União das Misericórdias Portuguesas e o ACM – através da Rede Municipal de CLAIMS), até a procura inicial culminar no *Lisbon Project*, uma associação fruto da mobilização da sociedade civil. A então sinalização de um conjunto significativo de pessoas interessadas justificou o agendamento de uma

⁴ Plataforma de Apoio aos Refugiados, entrevista, agosto de 2021.

apresentação na sede desta associação, em Lisboa, e, posteriormente, a realização de entrevistas para compreender qual eram os seus perfis.

Para o Projeto LAR, a entrevista salvaguarda um dos seus pilares principais – o repovoamento do interior. Ao assegurar previamente o gosto e a vontade que uma família tem em integrar o Projeto, com tudo o que ele implica (que é explicado detalhadamente às famílias nesta fase), é mais provável que as pessoas queiram permanecer a longo-prazo na aldeia e, assim, que o objetivo final do projeto seja cumprido; ou seja, que se consiga incluir famílias de refugiados e imigrantes, mitigando o despovoamento e o envelhecimento da população, pelo menos numa aldeia portuguesa. Neste seguimento, elencam-se os principais critérios explorados nas entrevistas com as famílias: 1) ter crianças (quanto mais jovens, mais probabilidade haverá de acontecer uma fixação a longo-prazo na aldeia); 2) ter vontade de se fixarem a longo-prazo em Portugal; 3) vir de um contexto rural (fator valorizado pelo facto de a mudança de um contexto citadino para um rural poder dificultar a adaptação ao meio e poder chocar com as expectativas criadas por parte dos membros do agregado, fazendo-os querer mudar de sítio em pouco tempo); 4) ter motivação para viver num meio rural e conseguir perspetivar formas de dinamizar a aldeia com o seu conhecimento e com as suas competências pessoais; 5) pelo menos, um membro da família aceitar trabalhar no projeto agrícola (e, por isso, é preferencial – embora não comprometedor – que essa pessoa já tenha experiência na agricultura).

Este último critério, por seu lado, é aquele que é destacado pela equipa técnica, na medida em que o Projeto LAR se quer autossustentável, mas, para o ser, precisa de uma base de apoio que se torne rentável com o tempo e, com isso em mente, foi criado um negócio agrícola que emprega, atualmente, um membro de cada família. Depois deste momento criterioso que antecede o acolhimento na aldeia, a equipa técnica leva a família ao terreno propriamente dito, para que ela possa ter um contacto empírico do que se trata aquela zona rural e para que possa ter uma experiência mais próxima possível do que é o contexto naquele que será o seu futuro lar. Só depois de se ter acesso a todas as condicionantes que a integração no projeto implica é que haverá uma decisão conjunta e consentida entre a família.

a) Garantir a casa e o trabalho

A etapa primordial do Projeto LAR ficou marcada pela cedência, por parte de habitantes da aldeia, de quatro casas devolutas e a respetiva reabilitação sem qualquer custo para os proprietários, para acolher quatro famílias durante dez anos de forma gratuita. A reabilitação dos imóveis foi feita com recurso à mão-de-obra e a materiais cedidos por voluntários e por parceiros operacionais –

nomeadamente, o *Habitat for Humanity Portugal*, um coletivo dedicado à erradicação da degradação habitacional e ao apoio de famílias carenciadas a encontrar uma habitação digna. Paralelamente, foi projetado o plano de negócios, que se propôs a aproveitar os terrenos agrícolas outrora abandonados na aldeia da Ima para elevar um negócio agrícola. Por seu lado, a cedência da casa acontece efetivamente se, pelo menos, um membro da família assinar o contrato de trabalho com a AIIR para exercer atividade na agricultura, sendo essa gratuita durante o período em que vigora o contrato. Porém, este detalhe levanta a seguinte questão: a missão de proteção e de inclusão do Projeto entra em conflito com os modos como as condições dele estão definidas – algo que é identificado pela própria equipa técnica desde cedo. Se a habitação gratuita pressupõe trabalho, então um despedimento significa a perda de casa e, assim, a desproteção de um agregado familiar inteiro. Simultaneamente, se não se garantir nem casa nem trabalho da forma como o LAR o faz, dificilmente irá haver uma fixação de pessoas num lugar isolado, despovoado e envelhecido.

b) Garantir educação e formação

As prioridades estendem-se também à inserção educacional e sociocultural de todos os membros das famílias recém-chegadas, nomeadamente das crianças. Assim, após a chegada das famílias à aldeia, é feito um acompanhamento próximo, no qual é garantido o acesso à educação para as crianças, é dada formação agrícola e dado também apoio na aprendizagem da língua portuguesa. A rápida garantia da educação para as crianças é possibilitada pela informalidade dos contactos a nível local, o que torna este procedimento menos burocrático e com o qual a Câmara Municipal da Guarda pôde contribuir na facilitação de vagas numa semana apenas, logo após a chegada. Note-se que, quando em Lisboa, duas das crianças beneficiárias do projeto estiveram sem ir à escola durante um ano. Simultaneamente, a formação para a cidadania aparece sob a forma de convívios informais, numa ótica de tornar o processo de inclusão mais suave, tanto para as famílias como para os habitantes da aldeia.

Numa tentativa de colmatar o expectável impacto na dinâmica de uma aldeia que vive consigo mesma há muitos anos, foi explicado, através de uma abordagem informal, à população autóctone o que ia acontecer, que pessoas iam chegar e em que dia iam chegar, na tentativa de a aproximar com as questões da atualidade sobre as migrações. Foram também conduzidas ações de sensibilização para a temática das migrações (como os “Diálogos sem Preconceito” e “Diálogo Intercultural”, este com a participação do CLAIM da Guarda), nas quais se falou sobre a chegada dos refugiados, sobre a sua origem e sobre os preconceitos e estereótipos associados a estas pessoas em mobilidade. De acordo

com Gauci (2020) esta é uma intervenção que pode fortalecer um processo de inclusão, na medida em que a consciencialização da comunidade dos contínuos conflitos responsáveis por deslocar milhões de pessoas está diretamente ligada com a mudança de mentalidades e da desconstrução dos medos e receios que possam vir do desconhecimento do que se passa, como aconteceu, por exemplo, em iniciativas parecidas em pequenas cidades como Chimay, na Bélgica.

c) *Garantir uma rede de apoio à inclusão*

A rede de apoio ao Projeto LAR é composta por parceiros institucionais e operacionais, por associados, por voluntários e começou recentemente a ser complementada por estagiários. O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) da Guarda, o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal) e o *Lisbon Project*, por exemplo, são parceiros fundamentais para a integração, sobretudo no que esteve relacionado à transição das famílias para a aldeia e à fase de integração das crianças na escola. Aqui, destaca-se a mobilização e a coordenação prévia de alguns parceiros:

nós fizemos o contacto prévio com todas estas instituições, com todos estes serviços, criámos uma rede de parceiros local que nos permitisse que, quando estas pessoas chegassem, elas já tivessem uma rede e isto é o que falha muito nos programas de integração governamentais – é a falta de estas pessoas criarem rede. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

Além desses, contam-se outros como a *Habitat for Humanity* e a Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção (que ajudaram na reabilitação das casas), o SPEAK (projeto que apoia os refugiados e os migrantes na aprendizagem da língua portuguesa), a PLMJ (grupo de advogados voluntários que orientam no que diz respeito a questões legais e burocráticas) e a Jerónimo Martins (parceiro privado que se comprometeu a escoar os produtos produzidos pelo negócio agrícola do LAR nas suas lojas). Neste sentido, o trabalho em rede é fulcral para o projeto se conseguir sustentar e ter sucesso na resposta que quer dar. Sousa *et al.* (2021: 81) demonstram que o trabalho em rede e as parcerias é apontado como um dos melhores modelos para potenciar a autonomia das instituições de acolhimento em Portugal. Apesar de o LAR não ser uma instituição de acolhimento, toda a sua ação no terreno acaba por seguir muitos dos passos dessas instituições, justificando, assim, o paralelismo.

A título ilustrativo, situações como pedidos de ajuda ao SEF, uma marcação no dentista ou a inscrição das crianças na escola foram momentos que beneficiaram da base informal e flexível construída, cuja proximidade por contactos por uma das técnicas (natural da cidade da Guarda) facilita a obtenção de respostas e acelera processos que normalmente são morosos, tal como se confirma em estudos como Tardis (2019) ou Gauci (2020). Esta rede é a responsável por tornar o projeto operacional

no terreno e por encaminhá-lo para a sustentabilidade, seja pela doação de materiais agrícolas, bens alimentares e roupas, seja pelo tempo que as pessoas que colaboram com ele lhe dão, dada a sua fragilidade financeira. Valores como a entreatajuda, o trabalho em equipa e o sentido comunitário são apontados como pilares de uma ação concertada e holística:

um projeto-piloto exigiu muito trabalho de equipa, exigiu muita gente envolvida a dar um bocadinho do seu tempo, a dar um bocadinho do recheio da sua casa para recheiar a que viria a ser dos outros, e, portanto, acho que esse é o segredo. No fundo, é a entreatajuda e o trabalho em equipa, em comunidade. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

Na perspetiva do LAR, não teria sido possível elevar o projeto para a prática sem estabelecer primeiro a rede de parceiros. É apontado nas entrevistas que o que acontece, quando ela não é criada, é uma dependência muito grande dos técnicos e uma ação mais próxima à que se encontraria numa instituição de caridade. O projeto deixa claro que se quer distanciar disso:

nós não somos uma instituição de caridade (...) Nós queremos potenciar o desenvolvimento das pessoas, queremos empoderá-las porque acreditamos que elas são vitais e que são uma resposta vital no interior e, como tal, temos também de empoderar quem já cá vive e temos de consciencializar quem cá vive de que estas pessoas têm potencial para os ajudar a ter um melhor envelhecimento, para os ajudar no dia-a-dia, reduzir o isolamento social... e isto tudo é algo que exige anos de preparação. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

Recentemente, o projeto passou também a integrar ações de voluntariado e estágios, os quais incidem nas áreas de ciências do ambiente, engenharia agrónoma, agricultura sustentável, psicologia, serviço social, antropologia ou migrações. O objetivo é tornar a aldeia num espaço de aprendizagem e convergência de diversas áreas de estudo que contribuam para a coesão social na comunidade, baseando-se na primazia do *ator coletivo* composto por todas estas partes (Zanon, 2014).

d) Garantir financiamento

Garantir financiamento é, talvez, a vertente mais desafiante e incerta deste projeto. Enquanto projeto da iniciativa da AIIR – Associação de Apoio à Inclusão de Imigrantes e Refugiados, viu aprovada uma candidatura ao programa Portugal Inovação Social, cujo financiamento termina em finais de 2022 e vem através do Fundo Social Europeu. Daqui em diante, não há certezas de que o projeto vai ter outro tipo de financiamento para continuar, daí o foco estar na sustentabilidade. Como alternativa, aborda-se fazer o trabalho em regime voluntário e angariar fundos para pagar os ordenados a todos os trabalhadores da AIIR, porém o risco é iminente, principalmente porque a fonte que lhes dará sustentabilidade é imprevisível e sensível a fatores exógenos.

e) *Garantir sustentabilidade e a evolução de um negócio agrícola para um negócio social*

Para aproveitar os terrenos abandonados encontrados na zona envolvente à Ima, foi criado o negócio agrícola. Como já referido anteriormente, é aqui que, pelo menos, um membro de cada família acolhida tem de trabalhar no cultivo de alimentos como batata, curgete, alho-francês, cebola, alho e feijão, entre outros, além das culturas não tão comuns definidas inicialmente para cultivar, como groselha e goji, que, apesar de não serem espécies autóctones, são das mais procuradas e rentáveis e, por isso, as destacadas pelo projeto. A avaliação do estado dos terrenos e a identificação das culturas mais adequadas para integrar no projeto agrícola foram feitas por dois engenheiros naturais da região, e teve por base critérios como as condições do clima da região, a qualidade dos solos, o acesso a água para irrigação, a exposição solar e o potencial de escoamento.

Sendo a ecologia um dos valores a promover no e com o projeto agrícola, a aposta é feita em técnicas de agricultura tradicionais, de forma a ter o mínimo impacto possível no solo e que o impacto que houver seja benéfico, não devendo ser usados pesticidas nem fertilizantes no cultivo. Já a plantação de árvores de fruto autóctones da região pretende contribuir para a regeneração do solo. Pese embora o impacto reduzido que esta intervenção tem nos solos, os modos tradicionais fazem também que o trabalho seja mais pesado e cansativo por ser manual, além de que os instrumentos usados não são os mais adequados, de acordo com o que dizem alguns habitantes na aldeia, que trabalham a terra há muito tempo.

Dadas as características adversas do território, onde o frio e o calor extremos imperam e onde a terra é inculca, tornou-se imperativo reinventar o negócio agrícola e transformá-lo num negócio social, agora com uma vertente de indústria transformadora, de forma a encontrar uma alternativa que mantivesse o projeto de pé e, conseqüentemente, que continuasse a proteger as famílias acolhidas. O primeiro projeto a ser lançado, após a viragem para a vertente transformadora, é de doces e *chutneys* artesanais e chama-se *BORA*⁵ (*o melhor*, em suáli – língua nativa de uma das mulheres refugiadas). Através da transformação de frutas e vegetais colhidos no projeto agrícola, o LAR começa a introduzir paulatinamente ideias, práticas e sabores culturais das famílias refugiadas, ao possibilitar que estas usufruam da sua *agencialidade* no novo meio onde se inserem e ao fomentar a sua participação-ativa e o seu empoderamento (Woods, 2016; Zanon, 2014).

⁵ Informações disponíveis na página do Instagram: https://www.instagram.com/bora_larproject/.

As parcerias possibilitam que o que for produzido será escoado pela Jerónimo Martins (empresa portuguesa de distribuição alimentar e retalho especializado), maioritariamente, mas também em feiras ou estabelecimentos locais, como restaurantes, centros de dia, lares, mercados ou cafés. O dinheiro reverte diretamente para o LAR, pretendendo promover-se, simultaneamente, uma economia circular. A elaboração de cabazes (nomeadamente na altura do Natal) com produtos da região e outros transformados pelas famílias servem também de angariação de dinheiro para criar uma base financeira mais consistente para o Projeto.

4.2. Olhar de perto e de dentro a aldeia da Ima

A Ima é uma aldeia que pertence à freguesia de São Pedro do Jarmelo e ao concelho da Guarda – a cidade mais próxima. São cerca de 15 quilómetros que as separam. O ambiente familiar que lá se vive traz de volta um lugar que, antes de ser considerado *aldeia*, era tido como uma *quinta* que ligava os seus habitantes por graus de parentesco. O número de habitantes não é certo, variando de equinócio para solstício pelas condições do clima e por visitas de filhos que voltam para passar temporadas com os pais; ainda assim, antes de outubro de 2020, contavam-se cerca de 25 pessoas na Ima, estando a maioria delas acima dos 65 anos de idade. Dessas, pelo menos dois casais é certo que se ausentam no inverno – e note-se que ali nenhuma ausência passa despercebida –, escapando ao frio extremo e rigoroso que ali faz de outubro a março e resguardando-se na casa que têm em zonas mais amenas. Regressam depois no verão, assim que o calor volta a permitir-lhes estar fora de casa e cultivar a terra. Assim, sendo a agricultura omnipresente na vida desta aldeia, ela acaba por ter influência na estada de alguns habitantes lá e por ser a responsável por organizar os ciclos que se vão dando durante todo o ano.

Apesar de, atualmente, não ser a base de sustento da maioria da população local, a prática agrícola está em casa de todos: não há um habitante que não tenha a sua horta e que não plante tomate, feijão, batata ou alface durante o ano. Para muitos habitantes, a agricultura é também um refúgio, face ao que o meio lhes oferece: não havendo um café, uma mercearia ou um outro local para se conviver (a Casa do Povo da aldeia – único sítio possível para juntar pessoas à volta da mesma mesa – acabou por deixar de ser frequentada), a rotina quase ancestral da lavoura ainda é o que os tira de casa e ajuda a combater parte do isolamento físico e social, sendo que os momentos de convívio ficam guardados para quando os habitantes se encontram fora de casa a tratar das suas hortas ou se juntam para caminhar pela manhã. A *terra* parece, assim, ocupar um lugar na metafísica da comunidade,

naquilo que é a relação com a natureza, a relação com os outros, a noção do tempo e das estações. É um símbolo identitário da aldeia, até porque durante muitos anos foi a forma de subsistência daqueles habitantes. O que se cultivava chegava para a satisfação das necessidades básicas da população e alguma parte era vendida, nomeadamente culturas como centeio, aveia, batata ou feijão, até a procura desses alimentos ter cessado.

Era a gente acabar de colher as coisas estavam logo aí os negociantes a procurá-lo. Eram as batatas, era o feijão, era tudo... vendia-se tudo muito bem. Agora não, porque não há quem procure coisa nenhuma. Agora lá tratam cada uma do seu bocadinho só para terem as casas fartas e terem o que comer, mais nada. (habitante A, observação-participante, maio de 2021)

Em busca de emprego e de melhores condições de vida, alguns habitantes emigraram para países como França e Alemanha nos anos 50 e 60, onde acabaram por deixar os filhos, anos depois, para voltar à lma e aí passar os anos sucedentes à reforma – tal como aconteceu em muitas outras aldeias da faixa interior de Portugal (Jacinto e Cunha, 2011: 21). Outros acabaram por nunca sair da aldeia. As oportunidades eram reduzidas e as vivências severas e desgastantes para aqueles que se dedicavam à lavoura, as quais não davam aso a grandes ponderações, hesitações ou desistências. Hoje, as memórias são de uma vida dura no campo, sem tempo para brincar, que começava com o romper do dia e acabava já no sol-posto. A emigração, o despovoamento, o envelhecimento e a degradação da paisagem ditaram novas dinâmicas sociais, económicas, culturais e ambientais no interior de Portugal, que aparecem descritas na literatura (Fonseca, 2008; Jacinto e Cunha, 2011; Jacinto, 2014; Jacinto, 2015) como fenómenos irreversíveis, sobretudo para a região das Beiras (NUTS III).

Não obstante a produção agrícola que ali se fazia, o solo nunca foi fértil; e está ainda muito presente no imaginário dos habitantes locais que a razão se deve ao que a lenda de Inês de Castro e D. Pedro conta: *que este, para se vingar do assassinio da sua amada, mandou salgar as terras do Jarmelo*, deixando a terra inculca e sem condições para voltar a alimentar as suas gentes. De facto, é frequente ouvir vozes discordantes e até insurgentes relativamente à intervenção do Projeto LAR nos terrenos abandonados, por não compreenderem o investimento de recursos humanos e financeiros em curso:

Se trouxessem para cá fábricas, resolviam o problema. Era só pessoas a virem para cá trabalhar. Mas não é com a agricultura que o problema se vai resolver. (habitante B, observação-participante, abril de 2021)

Virem fazer agricultura nas terras do Jarmelo é quase impossível. Isso é se fosse no Ribatejo; terra boa. Aqui não dá nada. Ninguém vive da agricultura aqui. (engenheiro colaborador do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

Efetivamente, a infertilidade da terra é um dos aspetos que mais preocupa a equipa, no que tem que ver com o negócio agrícola, mas é também algo de que o Projeto tem consciência e apresenta alternativas para o colmatar, sendo a adaptabilidade às condições do terreno um aspeto a sublinhar:

Nós rapidamente nos apercebemos de que tínhamos de diversificar as áreas do negócio para que isto seja sustentável e autónomo, daí também a cozinha que vai ser feita agora para transformação de produtos; os cabazes; etc., para termos mais receitas e autonomia. Agora, para todas as pessoas que tenham uma horta de subsistência, a terra dá. A terra tem é de ser trabalhada. Que é um investimento grande, é. Que tem uma série de constrangimentos, tem. Mas eu acho que não deve ser uma parte negligenciada por essa razão, (...) até por uma questão de formação e de ligação à terra. (fundadora do Projeto LAR, entrevista, junho de 2021)

O projeto já percebeu que o negócio social agrícola numa região em que a agricultura não é o forte é um projeto que dificilmente tem sustentabilidade no espaço de tempo esperado e, portanto, é preciso diversificar as atividades de negócio. Ao mesmo tempo que diversificamos as atividades, também criamos postos de trabalho em que são requeridas competências diferentes. (...) e também estamos a criar espaço para que as pessoas que venham possam encontrar áreas onde se sintam mais confortáveis e que sintam que as suas competências estão a ser mais bem aproveitadas. (gestora do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

O meu maior receio é a fragilidade do meio (...), daí explorar mais além para termos outras formas de sustento para que nunca falte nada a estas famílias. A minha maior preocupação é desproteger mais pessoas; não vou desproteger as pessoas mais desprotegidas do que aquilo que elas já estão... se nós as trazemos para aqui, nós temos de ter forma de garantir que eles têm um sustento e que têm um ordenado ao fim do mês. Mas pode falhar. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

A aldeia da Ima pode, assim, ser considerada uma *área fragilizada*, de acordo com a definição de Zanon (2014): é uma aldeia despovoada e envelhecida (*social weakness*); confirma-se a ausência de dinâmicas e negócios locais (*economic weakness*); e é um lugar isolado, cujo solo é pouco fértil e as condições climáticas são extremas (*geographical weakness*). Não obstante os constrangimentos e fragilidades, da parte técnica do Projeto acredita-se que basta haver investimento para se poder produzir, não menosprezando o complemento que a diversificação de atividades produtivas poderá vir a dar, no que toca, por exemplo, à indústria transformadora e à aposta na divulgação e venda de produtos regionais, para fortalecer a identidade da aldeia.

Para fechar o mês de outubro de 2020, chegaram novos habitantes à Ima; quatro provenientes da Nigéria e cinco do Uganda. Previamente, a aldeia já tinha sido familiarizada com o que ia acontecer: através de uma abordagem informal, a técnica social do LAR visitou a casa de cada habitante da aldeia para os informar de que as famílias iam chegar no dia 'x' e para ouvir eventuais questões que pudessem surgir por parte da população. O facto de esta pessoa ser uma figura de confiança na comunidade é

um aspeto fulcral para que o processo de inclusão vindouro tenha mais probabilidades de ser bem-sucedido, tal como sublinham os estudos de Zanon (2014) e de Marcher *et al.* (2017), por exemplo. Porém, o contexto que se vivia não era o melhor para o projeto dar os primeiros passos: a pandemia de covid-19 tinha acabado de reconfigurar as interações sociais no mundo inteiro e o medo de o vírus entrar na aldeia era bastante – especialmente porque se estava a lidar com uma população maioritariamente envelhecida e os cuidados tinham de ser redobrados por isso mesmo.

Estávamos numa situação desconfortável. O que a Ghalia me sugeriu foi que deixássemos as coisas fluírem naturalmente; que não forçássemos o convívio, porque as pessoas estavam com medo. (...) Uma vez que as pessoas também tinham de estar fechadas em casa, então deixámo-los estar também eles [refugiados] mais fechados no início, para que esta adaptação fosse natural (...). E houve ali muitos meses em que não houve propriamente uma interação propositada da comunidade; tudo o que aconteceu foi natural. Ou seja, a comunidade foi-se aproximando deles e eles foram-se aproximando à comunidade. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

Pela densidade populacional ser tão baixa e o isolamento tão grande, este acolhimento depressa evoluiu para um marco temporal, para um *acontecimento* que marca o fim ou o início de uma época nesta aldeia; até porque se pretende que o impacto seja mesmo deste tipo, se ele com isso significar a participação de todos os atores presentes no terreno. Ele abre espaço, por exemplo, à discussão sobre o *aging in place* (a capacidade de continuar a viver em casa e na comunidade ao longo do tempo, com segurança e de forma independente, à medida que se envelhece [WHO, 2015]), no que toca às vantagens que traz para o acompanhamento de uma população idosa e no desbloqueio de caminhos para pensar um envelhecimento ativo e saudável. A solidão e o isolamento social são reais naquele lugar, pelo que os objetivos do LAR se desdobram igualmente para a inclusão dos próprios habitantes da aldeia ao sugerir a sua participação ativa através de soluções que promovam a qualidade da sua vida. Exemplo disso é a reabertura da Casa do Povo, outrora fechada por não haver dinamização de encontros. Hoje, os habitantes voltam a reunir-se em torno da mesma mesa no magusto ou na celebração de aniversários, preservando algum do património cultural ainda existente e reforçando a identidade local, importantes para sentimentos de pertença em lugares socialmente frágeis (Zanon, 2014). Foi num desses encontros sociais que se partilharam sabores do Uganda (como *roti* e *chapati*, pão típico) com a população local.

Não obstante, com tal acolhimento, os primeiros impactos na comunidade começaram a ser visíveis em observações subtis que os habitantes vão fazendo sobre o novo movimento originado por pessoas que agora visitam a aldeia interessadas em saber do que se trata o Projeto LAR, nomeadamente instituições e jornalistas.

Dizem-me que “é normal aparecer aí gente nova nos últimos tempos”, seguido de um “vêm e vão embora”, como se estranhando a quebra com aquilo que era o habitual e que agora parece demasiado volátil para o entendimento daqueles habitantes, que talvez nunca tenham visto tanta gente a visitar a Ima como agora. (excerto do diário de campo, novembro de 2020)

De facto, comparando com aquilo que revelam ter sido a Ima há uns anos, a estranheza não só é expectável como perceptível. Se, por um lado, alguns habitantes ainda apresentam uma postura reticente ou indiferente à presença de novas pessoas no seu dia-a-dia, à espera de verem resultados mais *palpáveis* da ação do Projeto, por outro, outros não se distanciam do contentamento que a nova dinâmica da aldeia lhes dá:

(...) A aldeia já estava mesmo despovoada. Quando eu para cá vim, eram aí as casas todas cheiinhas de gente. Tanta gente que cá vinha. Agora já estavam aí muitas casas há tanto sem ninguém. Outras só com uma [pessoa], outras só com duas... ora, agora não havia já quase ninguém. Até é bom que para cá venham assim as pessoas... até quando vejo passar os miúdos penso que a aldeia é outra. (habitante A, observação-participante, maio de 2021)

Outras duas pessoas desabafam que gostavam de sentir-se mais participativas no processo de inclusão, mas não sentem que têm espaço para o fazer. O que faltou, a seu ver, foi não ter havido a “interação propositada” acima explicitada por parte da equipa técnica e de esta não as pôr a par do que vai realizando com as famílias no dia-a-dia. Num plano oposto, observaram-se atitudes contrárias àquilo que é promovido atualmente na aldeia, podendo dificultar a ação do LAR no terreno: há habitantes que percecionam o apoio deste projeto aos refugiados de uma maneira ríspida, legitimando-a para si mesmos através de comparações à vivência difícil daquelas populações noutros tempos ou mesmo à necessidade de este processo de inclusão ter apontamentos de sofrimento e de sacrifício:

Eu não tive tantas facilidades como estas famílias estão a ter, porque não me deram nada quando cheguei a França e aqui dão-lhes tudo. (habitante C, observação-participante, junho de 2021)

(...) E pensar como é que foram os nossos emigrantes para os países para onde foram e passaram lá misérias e não tinham metade, nem uma quinta parte, destes apoios... Eles têm de se adaptar. Eu sei que dói. (habitante D, observação-participante, abril de 2021)

Uma experiência muito particular em França com um grupo muçulmano leva uma outra pessoa a recusar-se a aceitar este tipo de intervenção na aldeia onde vive. Os comportamentos demonstram racismo e xenofobia, pelo facto de esta pessoa reduzir uma população inteira à experiência pontual que teve naquele país. Identificam-se também incoerências discursivas, que tanto percorrem expressões de aceitação e de compreensão, como expressões de apologia à aculturação, à infantilização ou de insinuação de atitudes de ingratidão por parte dos refugiados, quando há pontuais

atritos numa relação interpessoal que ainda nem tempo suficiente teve para amadurecer ou se nutrir da devida forma:

(...) E isto é outra vez mais aquilo do respeito e da aculturação... Eles não têm o mínimo respeito por quem vive destas coisas. E não faço mais por eles para os ajudar. (habitante D, observação-participante, abril de 2021)

Rebelo (2020: 117) coloca a questão noutros termos, dizendo que “quando minorias étnico-raciais exprimem a sua mágoa e ressentimento contra a exclusão social, as estruturas institucionais dominantes tendem a negar que o problema é sistémico, atribuindo-lhes uma culpa, individual ou comunitária, por ‘não se inserirem na comunidade maioritária’”. Ainda que neste estudo essa culpabilização não venha de uma estrutura institucional, ela está presente em comportamentos pontuais, o que apenas reforça a assunção de que este é, de facto, um problema sistémico e estrutural que está na base da sociedade. Estas observações levam a concluir que a curto e médio-prazo as relações entre os refugiados recentemente acolhidos e alguns habitantes podem ser de cariz passivo-agressivo, híbrido ou ambíguo, podendo, assim, resultar em micro-agressões no dia-a-dia da aldeia e dificultar a verdadeira inclusão destas pessoas no novo meio.

Não raramente, as incongruências detetadas sobre a ação local que experienciei ao fazer voluntariado – e que me deu acesso total ao terreno – durante o trabalho de campo foram muitas. Não percebia porque é que de um lado as coisas pareciam tão certas, organizadas e empáticas, quando do outro havia uma insatisfação dupla – tanto dos refugiados de quem me tornei próxima, como dos habitantes autóctones da aldeia. Debati-me sobre diversos paradoxos que não percebia por que estavam a acontecer, quando tentava ler tudo nas entrelinhas e distanciar-me para conseguir preservar o olhar analítico académico. Contudo, tal como no jornalismo, o objetivismo e a imparcialidade que se colocam no pedestal deixam de fazer sentido quando nos consciencializamos de que, enquanto investigadores/académicos/jornalistas, podemos optar por que prisma queremos olhar e a qual devemos dar mais atenção. Esse processo obriga a uma desconstrução constante, na tentativa de “estar ao mesmo tempo um pouco por dentro e um pouco por fora”, como sugere Michel Agier (Oliveira, 2010: 823), para “tentar dar conta de todos os lugares percorridos durante a pesquisa” (*idem*). E, de facto, o que pesou no rascunho final foi o *lugar de escuta* (como lhe chama o antropólogo Didier Fassin [2004]) em que o trabalho de campo se resumiu.

Ressalvando que este é um processo de inclusão em atual evolução e que requer, acima de tudo, tempo para se desenvolver e limar, destacam-se três principais características do que foi percecionado em campo, das quais duas já eram expectáveis pelo facto de a literatura não se poupar nisso (Almeida, 2019; Barbosa *et al.*, 2019; Tardis, 2019; Rebelo, 2020; Sousa *et al.*, 2021): a barreira

linguística como maior entrave à inclusão na comunidade local e o isolamento social e geográfico enquanto fator de reforço de estados de dependência (pelo menos, até ao momento) e de privação do estabelecimento de redes sociais. A terceira implica que os valores de escuta participativa e de empoderamento nem sempre foram postos em primeiro lugar e, por isso, facilmente criaram sentimentos de subalternização auto-imposta e descrença no que parecia ser o caminho para uma vida estável e feliz, para estruturas emocionais e mentais ainda não *ouvidas*.

Em primeiro lugar, a barreira linguística não permite ainda que ligações profundas se criem entre a comunidade refugiada e a autóctone e isso afeta todos os outros campos implícitos num processo de inclusão social, de uma forma intersectorial (Lam, 2019). As duas famílias têm níveis diferentes de domínio da língua portuguesa. A mais avançada/autónoma na expressão do português encontra-se em Portugal há mais tempo e pratica-o regularmente com um grupo religioso já estabelecido (podendo ele funcionar aqui enquanto fator de integração), através de encontros semanais para leituras de passagens de textos religiosos. A pertença a este grupo, designadamente, foi também a responsável por facilitar a integração em aulas de português em Lisboa, quando a família lá vivia, bem como o aconselhamento sobre em que escola as duas crianças dessa família poderiam ingressar, dado que a família, nessa altura, não tinha referências sobre nenhuma instituição de ensino na cidade. A menos avançada está em Portugal há menos tempo e desde a sua chegada as oportunidades para praticar a língua portuguesa têm sido poucas (a expressão da língua apenas melhorou quando um dos elementos foi trabalhar para a Guarda). Este facto corrobora o que é expresso por todos os relatórios e estudos de asilo, integração, acolhimento sobre os cursos públicos que o Estado disponibiliza pelo IEFP. Eles não são suficientes para tornar estas pessoas autónomas a nível linguístico nem adequados àquilo que são as necessidades reais e práticas de uma população que precisa de ser incluída e cuja relação histórica com a língua portuguesa é nula, dificultando ainda mais a aprendizagem (note-se que nos casos das pessoas que chegaram dos PALOP nos anos 70 e 80 sucedeu ao contrário, por exemplo, pela relação familiar com a língua, pela existência de familiares e de uma comunidade co-étnica forte [Sousa, 1999: 252]). Os próprios refugiados partilham frequentemente a sua dificuldade em perceber a língua, apesar de nos testes do IEFP serem dos melhores alunos da turma. É por isso que plataformas de apoio ao ensino de línguas (como o SPEAK) ainda são essenciais para cobrir a lacuna pública e acelerar o processo de inclusão, por permitirem, por um lado, dar apoio extracurricular às crianças e, por outro, que o ensino seja mais pessoal, personalizado, adaptado aos ritmos de aprendizagem das diferentes pessoas. Ainda assim, concluiu-se no trabalho de campo que as crianças são o verdadeiro motor para a aprendizagem da língua portuguesa, possibilitando, muitas vezes, a comunicação entre adultos, através de momentos de interpretação guiados por elas. Quando o domínio da língua portuguesa passar a existir por parte das

famílias acolhidas na lma, a comunicação será diferente e possivelmente culminará na criação de laços sociais mais confortáveis e empáticos.

Em segundo lugar, a mobilização de mais pessoas para o terreno que não só ajudem a fazer a mediação comunitária entre as famílias e os autóctones, mas que também possam prestar apoio no combate ao isolamento social e geográfico de todos é igualmente percecionada com elevada importância ao longo do trabalho de campo, sendo que o LAR diz não querer quebrar com o voluntariado (e, portanto, ir sempre chamando novas pessoas à medida que outras vão embora, no fim do seu período de voluntariado), não querendo que a aldeia perca a dinâmica que já alcançou. Além de ser consensual que a eficácia do Projeto LAR não seria a mesma sem o apoio do voluntariado e que sem ele o Projeto não se sustenta, a equipa expressa também que o desenho da iniciativa apenas faria sentido se a prática voluntária fosse desde logo considerada um complemento:

é nossa função (...) garantirmos que temos voluntários para conseguirmos cumprir com aquilo que é o objetivo do projeto. (gestora do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

é um projeto comunitário: o que é que é melhor do que criar comunidade? Daí a importância dos voluntários. Porque são pessoas que vêm, mas que vêm acrescentar valor à ideia, vêm ajudar-nos a diminuir a ideia do isolamento social dos idosos; são caras novas, são pessoas novas que vêm, que criam alguma dinâmica, que voltam aqui a trazer movimento à própria aldeia, às famílias – que acabam por não estar tão isoladas e é uma forma de alargarmos a rede social destas famílias (...); e depois para o trabalho, obviamente. Temos quatro casas, oito hectares e mais não sei quantos terrenos cedidos por imensas pessoas; se não tivermos mão de obra voluntária, não podemos acreditar que vamos fazer este trabalho todo. (técnica social do Projeto LAR, entrevista, maio de 2021)

Não obstante, a falta de uma rede de transportes públicos é sonante face às características do território. Não há um café, um minimercado ou uma farmácia na zona envolvente para afluir às necessidades das pessoas a viver na lma. Sem transporte próprio, o processo para a autonomização e subsequente inclusão social torna-se quase utópico, degradando, progressivamente, a perceção de liberdade ainda restante destas pessoas, por estarem sempre dependentes de quem os leve à Guarda, nomeadamente de voluntários.

É notório que há uma dependência muito grande do apoio de outrem e observo que isso crie um sentimento contínuo de ‘ficar em dívida para com esta pessoa’, colmatando-o com a disponibilização constante do que esta família pode oferecer em troca, como se ficasse sempre algo por retribuir. (excerto do diário de campo, maio de 2021)

Este excerto foi escrito depois de uma das viagens de carro que fiz, enquanto voluntária no LAR, com uma das famílias refugiadas à Guarda, para as levar ao supermercado, depois de terem ficado muitos dias sem ir à cidade – por não terem nem carro nem equivalência da carta de condução

(negada, desde cedo, pelo país de origem). As viagens com o carro disponibilizado pela AIIR tiveram de ser geridas de forma que só quando fosse mesmo necessário é que ele seria usado, além de que as perspectivas de esta família poder investir num meio de transporte pessoal são ainda idílicas, pelo facto de as suas famílias, que deixaram no país originário, estão dependentes do dinheiro que esta consegue enviar todos os meses para lá. É também por isso que o projeto existe – para prestar apoio à comunidade quando é necessário e colmatar essas deficiências nas infraestruturas rurais –, embora a mensagem de autonomização e empoderamento que se repete vá de encontro àquilo que se almeja rapidamente, por vezes não respeitando o tempo que o próprio tempo deve ter.

Por fim, o balanço diário que o LAR faz no terreno entre o querer, de forma genuína, valorizar a pessoa refugiada pelo que ela é (não pela situação em que chegou ao país) e o ter em conta o seu passado marcado pela fuga de uma situação desumana e indigna ainda não parece ter sido bem definido. Expressões anotadas através de observação-participante, junto da equipa técnica, como “está a desafiar as regras do jogo”, “não dá provas para que o projeto possa contar com ele” ou “não está a trabalhar de acordo com as expectativas do projeto e do planeamento do trabalho”, propondo “*apertar com os despedimentos*” numa fase inicial e experimental suscitaram algumas dúvidas sobre o tipo de abordagem que estava a ser feito e de que forma é que me podia posicionar sobre ele, sem interferir diretamente com o funcionamento de um *negócio-empregador-de-trabalhadores*. Mas a dualidade da situação também foi sentida na equipa:

o [objetivo] principal é a autonomia destas famílias. Portanto, se uma destas pessoas não está a trabalhar, nós estamos no nosso legítimo direitos de a despedir e acabou. Porque o não trabalhar dessa pessoa pode pôr em causa o projeto inteiro. Qual é o senão aqui? Tu, ao despedires alguém, estás a desalojar toda uma família. (fundadora do Projeto LAR, entrevista, junho de 2021)

De um lado, confrontava-me com esses desabafos; do outro, assistia a um descontentamento crescente pelo trabalhador refugiado, que firmava não ser ouvido nem compreendido, o que abalava, de certa forma, a estrutura de um projeto com vista à participação ativa dos refugiados. “*To manage, to balance and to check the work*” seria, segundo E., a única responsabilidade que cabia a uma pessoa da equipa técnica, mas que não era cumprida, no seu entender:

no one is controlling the work in the field; they don't want to see what is right in front of their eyes, they don't care. (refugiado E., observação-participante, maio de 2021)

Adicionalmente, E. dizia que a pessoa da equipa também não ouvia as queixas que ele tinha para fazer para a resolução de um problema que não estava a ser alvo da atenção que merecia e cujo foco se direcionava, cada vez mais, para a preocupação de uma produção que devia estar a ser feita e não estava, por conflitos de personalidade entre dois trabalhadores. Daí em diante, o trabalho dessa

pessoa deixou de ser credível para um dos refugiados acolhidos, resvalando para a perda de credibilidade do resto da equipa e, em algum momento, talvez do projeto. Não tardaram, então, a surgir inquietações e questionamentos sobre partir ou ficar, por já não se sentirem compreendidos e acharem que a sua opinião não ia valer a pena, mas somente incomodar. Não obstante, a hesitação tomava lugar quando este trabalhador e a sua mulher refletiam sobre o acompanhamento e dedicação que havia por parte de uma das técnicas desde o momento da sua chegada à aldeia, no que dizia respeito ao processo da sua regularização no país e da obtenção de documentos, às idas ao médico com as crianças e à integração imediata delas na escola.

Dado o sucedido, pelo facto de a ótica de inclusão nesta aldeia querer afastar-se de práticas de *caridade* e de *humanitarismo* (cf. subcapítulo 2.1), acabou por ser observado como algo forçado e pouco democrático em situações pontuais como esta, porque, por muito que se queira apostar na autonomização e no empoderamento das pessoas que se acompanha, deve também ter-se em conta *as coisas* que elas têm para dizer, a *razão* pela qual elas as querem dizer e *em que contexto* elas surgem quando são verbalizadas. Além disso, deve ter-se em conta a estrutura emocional, cultural e identitária que elas trazem consigo, que pode condicionar os seus comportamentos ou interpretações perante uma determinada atitude ou acontecimento. Um comportamento considerado *teimosia* ou *insolência*, por parte da *instituição*, pode ser fruto de um estado de inquietação motivado pela mudança drástica de vida e do que ela acarreta (como a adaptação a um meio isolado, sem se ter forma de combater esse isolamento nem de se focar no caminho para a inclusão; por exemplo, por não se ter ainda um meio de transporte pessoal e não se dominar a língua portuguesa) que ainda não teve tempo de assentar. Por isso, uma ação com vista à autonomização não deve ser rígida ao ponto de não atentar em traços culturais, de personalidade ou de identidade e, também, de possíveis experiências e vivências marcantes (ou mesmo traumáticas) para perceber o porquê de algumas atitudes, mas também não deve ser demasiado leviana, ao ponto de se arriscar a incorrer em atitudes paternalistas, de vitimização ou assistencialistas.

Note-se que, anteriormente à sua deslocação para a Ima, nenhum destes dois refugiados trabalhava na área agrícola nem viviam num contexto como o da aldeia: um era professor de química numa cidade na Nigéria, da qual teve de fugir pela iminência de ataques terroristas reivindicados pelo Boko Haram; o outro tinha um negócio de venda de bens a crédito no Uganda, no qual inclusivamente sofreu ameaças de rapto (tanto dele, como dos filhos) e de morte. Do ponto de vista etnográfico, estas nuances são de extrema relevância, na medida em que os diferentes contextos de vida e respetivas adversidades influenciam e condicionam a perceção e expectativa que se tem do presente, do passado, das relações estabelecidas e dos momentos vindouros. A observação-participante acabou por

encontrar personalidades incompatíveis e fragilidades emocionais contrastantes, cada uma com a sua complexidade.

Num plano distinto, enquanto abordávamos o conflito, uma das beneficiárias refugiadas defendia o seguinte:

we need to adapt ourselves everywhere we go and in every situation. It's not my right to change things. There are rules, norms and things are the way they are. All I can do is to adapt myself and hope that everything will be fine. (refugiada F., observação-participante, junho de 2021)

Sobre tal perspetiva, uma interpretação possível poderá coadunar-se com uma atitude subserviente *autolegitimada*, a qual denota uma “aprendizagem” daquilo que é apreciado por algumas instituições responsáveis pelo acolhimento de refugiados (cf. Rebelo, 2020; Sousa *et al.*, 2021). Não obstante, a formação em áreas como a psicologia ou a antropologia pode ser chave e uma mais-valia para se trabalharem campos como o descrito, para se desenvolverem projetos que se comprometam a lidar com populações com necessidades muito particulares, e o reconheçam, e a conjugar valores como a autonomização e o empoderamento com valores como a compreensão e o diálogo aberto sobre aquilo que os refugiados quiserem falar e se sentirem confortáveis para o fazer. Neste plano, situa-se também o voluntariado enquanto prática de escuta-ativa, *terapêutica, lugar de escuta* (Fassin, 2004). O trabalho de campo que conduzi simultaneamente com o voluntariado permitiu-me entender a dimensão da importância que o *ato de escutar* tem. Houve partilha de muitos sentimentos, frustrações e receios por parte de uma das famílias refugiadas – partilha essa apenas motivada pelo tempo que houve para *ouvir* e para *estar*. Inclusivamente, dois dos adultos refugiados contaram que, antes de as voluntárias chegarem, havia momentos difíceis em que eles precisavam de se exprimir, mas não tinham com quem fazê-lo. Tal foi a importância disso para eles que as projeções que faziam, imaginando a ausência das duas voluntárias daí a uns meses, eram constantes, como que numa tentativa de atenuar o sofrimento que isso lhes poderia vir a causar num futuro próximo, tanto aos adultos, como às crianças, por não haver nenhuma outra rede social próxima estabelecida que os pudesse apoiar na gestão emocional.

The kids are going to miss you too much. They are always asking for you. Even me. You are the one who can understand us. (refugiada G., observação-participante, junho de 2021)

Já *fora do terreno*, a manutenção dos laços sociais com esses adultos (mais do que com as crianças) é fortalecida, através de videochamadas frequentes, o que prova que a rede social de pessoas refugiadas no país pode também começar no voluntariado ou ser facilitada por ele. Designadamente, o estabelecimento de laços sociais entre esta família de quem estive mais próxima durante o trabalho de campo e uma família autóctone foi facilitado pela mediação que fiz nas primeiras conversas que

tiveram uma com a outra, acabando esta última por ter cedido um pequeno terreno que tinha inutilizado para que a família refugiada pudesse começar a sua horta. Num contexto como o da Ima, estes *pequenos* gestos ganham uma proporção significativa, devido à relação simbiótica que existe com a terra há muitos anos naquela aldeia, como expresso no início deste capítulo.

A importância e a urgência do voluntariado neste tipo de iniciativas expressam-se ainda pela forma complexa e morosa como as situações são resolvidas e pela percepção de que há pessoas dependentes do apoio próximo, constante e personalizado para conseguirem regularizar as suas vidas, não só em termos burocráticos, mas também em termos linguísticos e sociais. Muitas vezes, são os voluntários quem consegue desbloquear esse tipo de acompanhamento (como se observou durante o trabalho de campo, com a ida aos correios, à Segurança Social, à creche, ao Centro de Saúde, etc.).

Adicionalmente, é de considerar que, por muito que a decisão de integrar o projeto tenha sido consentida entre o agregado familiar, e não tenha sido fruto de uma dispersão geográfica involuntária dos refugiados, a dificuldade em perceber se essa decisão não resulta de um ímpeto em agarrar a melhor oportunidade à vista é significativa (se não mesmo impossível), por esta garantir uma habitação gratuita e um emprego estáveis, além da educação e da segurança para os filhos.

[nome do refugiado] *repetiu inúmeras vezes hoje a expressão ‘they lifted us off the ground’, enquanto tentava perceber junto dele quais as primeiras impressões da aldeia. (excerto do diário de campo, novembro de 2020)*

He loves agriculture and that was what he wanted to do, so we can only support him. (refugiada F., entrevista, junho de 2021)

Considerações finais

Com a presente pesquisa, procurou-se compreender se a inclusão de refugiados e imigrantes no meio rural em Portugal pode mitigar os efeitos do envelhecimento da população e do despovoamento que o caracterizam, através do trabalho de campo conduzido junto do Projeto LAR – um projeto-piloto e pioneiro em Portugal, atualmente em desenvolvimento na aldeia da Ima, no concelho da Guarda –, usado como caso de estudo para os fins da dissertação. Este é um projeto que urge responder às problemáticas do deslocamento humano forçado, do envelhecimento da população e do despovoamento e abandono de terrenos no meio rural. A solução encontrada para endereçar esse tríptico foi o acolhimento e a inclusão de refugiados e imigrantes em aldeias do interior do país. A iniciativa desdobra-se em cinco partes angulares, que pautam a sua ação no terreno: a garantia de

uma casa e de um posto de trabalho; a garantia de educação e formação; a preparação prévia de uma rede de parceiros; o financiamento; e, por fim, a sustentabilidade do negócio agrícola e social criado.

A pertinência do Projeto LAR está presente no impacto que um processo de inclusão como este que está em curso tem, tanto para as famílias refugiadas que são acolhidas como para a comunidade local envelhecida que as acolhe. Por um lado, as famílias refugiadas têm uma estrutura que as apoia em termos de habitação (com a cedência gratuita de uma casa), de empregabilidade (com o emprego no negócio social criado para elas) e de formação (com a mobilização de uma rede de atores locais que intervêm na partilha de conhecimentos na área agrícola, no acompanhamento em questões burocráticas e no apoio voluntário na aprendizagem da língua portuguesa). Por outro, a comunidade autóctone beneficia da mobilização de recursos endógenos que fomentam um envelhecimento ativo e a sua participação localmente, os quais estão também ao serviço da recuperação de espaços que contribuem para preservar o que resta do património cultural da aldeia. É, assim, fomentado um sentido de pertença e de identidade, capaz de reforçar o capital social de uma área fragilizada em termos sociais, geográficos e económicos e de contribuir para o desenvolvimento rural.

Por este prisma, pode afirmar-se que a inclusão de refugiados e imigrantes no meio rural poderá mitigar os efeitos do envelhecimento da população a nível local: demograficamente, na medida em que se procuram famílias com crianças para integrar o Projeto LAR, o que faz descer a média de idades numa aldeia com cerca de 25 habitantes; e socialmente, porque quando se procede a uma *inclusão* com a consistência no terreno como a do LAR – que fomenta a participação ativa tanto da população refugiada como a da autóctone –, a solidão e o isolamento social latentes podem ser abordados ativa e interventivamente. Ainda assim, não é possível provar esta ilação para já, dado que tal dependerá da sustentabilidade do projeto e da permanência ou não das famílias na aldeia nos próximos anos (numa perspetiva a longo-prazo). No que toca ao despovoamento, as reservas sobre a mitigação dos seus efeitos são maiores em termos demográficos, não inviabilizando os pontuais impactos no terreno que começam a acontecer: a ativação de recursos financeiros e humanos para responder às necessidades da população refugiada pode atenuar alguns dos efeitos, ainda que a inexistência de redes de transporte seja dos fatores que mais condiciona uma verdadeira inclusão social. Este facto não permite combater o isolamento geográfico dos refugiados e dos autóctones que vivem na aldeia da Ima, dificultando, assim, o caminho da população recém-acolhida para a sua autonomização.

O que também obstrui, geralmente, o caminho dos refugiados para a sua autonomização são os campos da habitação, do emprego e do domínio da língua portuguesa, o que se confirma com a pesquisa e algo que se tem vindo a arrastar nos últimos anos. A estrutura de apoio institucional e

operacional criada pelo LAR, que oferece um acompanhamento holístico constante no terreno, é a responsável por colmatar as lacunas que existem nas políticas de integração do governo português e por reverter as consequências de um primeiro processo de integração que falhou.

A hospitalidade na aldeia da Ima, por sua vez, reconhece a *agencialidade* que cada refugiado tem no seu próprio processo de inclusão, pese embora a base onde ela assenta ser ainda frágil e precisar do apoio voluntário para se fazer cumprir. Para este projeto ser eficaz quanto aos seus objetivos, é também necessário que as redes de parcerias institucionais providenciem o seu apoio a curto, médio e longo prazo. Não obstante, a semente do LAR está plantada e resta continuar a regá-la para que o processo de inclusão destas famílias refugiadas e imigrantes traga frutos condignos e adequados às suas necessidades. Bastará existir uma aldeia?

Referências bibliográficas

Almeida, M. A. (2020). "The use of rural areas in Portugal: Historical perspective and the new trends", *Revista Galega de Economía*, vol. 29, nº 2, pp. 1-17.

Almeida, S. (2019). *Políticas, Instituições e Percursos Migratórios de Mulheres e Meninas Refugiadas em Portugal e Dinamarca*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/20469>

Alto Comissariado para as Migrações (2016). Relatório de Atividades 2015, Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

Arora-Jonsson, S. (2017). Development and integration at a crossroads: culture, race and ethnicity in rural Sweden. *Environment and Planning A*, 49 (7), 1594-1612.

ASA (2011). "Ethical Guidelines for good research practice". Association of Social Anthropologists of the UK and the Commonwealth. Disponível em: <https://www.theasa.org/downloads/ASA%20ethics%20guidelines%202011.pdf>

Barbosa, M. *et al.* (2019). Welcoming refugees in Portugal: preliminary assessment through the voices of refugee families, *International Journal of Inclusive Education*, 1-15.

Beaud, S. e Weber, F., 2007 (1998) "Observar", Guia para pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos, capítulo 4, Rio de Janeiro: Vozes, 95-112.

Boese, M. e Philips, M. (2017). The role of local government in migrant and refugee settlement in regional and rural Australia, *Australian Journal of Social Issues*, 52 (4), 388-404.

Bryman, A. (2016). *Social Research Methods*. Oxford, Oxford University Press (5ª ed.).

Burgess, R. G. 1997 (1984) "Iniciar a pesquisa, garantir o acesso", em *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras, Celta, capítulo 2, 33-56.

Comissão Europeia (2011, julho 20). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM (2011), 455 final.

Costa, P. *et al.* (2019). O acolhimento de refugiados recolocados em Portugal: a intervenção das instituições locais. *A Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação*, 113-133.

Costa, P. M. e Sousa, L. (2016). "You are welcome in Portugal": *conviction* and *convenience* in framing today's Portuguese politics on European burden sharing of refugees, *Oxford Monitor of Forced Migration*, 6 (2).

- Costa, P. M. e Sousa, L. (2017, fevereiro 10). Portugal's Openness to Refugees Makes Demographic and Economic Sense. *Refugees Deeply*. Disponível em: <https://deeply.thenewhumanitarian.org/refugees/community/2017/02/10/portugals-openness-to-refugees-makes-demographic-and-economic-sense>
- Coutinho, C. P. (2016). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática, Coimbra, Almedina (2ª ed.).
- Dias Cordeiro, A. (2017, outubro 16). Mais de metade dos 1500 refugiados que chegaram já deixou Portugal. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/10/16/sociedade/noticia/mais-de-metade-dos-1500-refugiados-que-chegaram-ja-deixou-portugal-1788767>
- Dias Cordeiro, A. e Rocha, D. (2021, maio 17). Investigadas em Santarém situações “em tudo semelhantes” às de Odemira. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/05/17/sociedade/reportagem/investigadas-santarem-situacoes-semelhantes-odemira-1962666>
- Díez, J. M, e Fanjul, A. (2020). Despoboación, envelhecimento e políticas sociais en Castela e León. *Revista Galega de Economía*, 29 (2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15304/rge.29.2.6959>
- European Network for Rural Development (2016). Rural responses to challenges in Europe. Capítulo 3: The rural response to Europe's refugee crisis, *EU Rural Review*, 21. ISSN 1831-5321. Disponível em: <https://enrd.ec.europa.eu/sites/default/files/publi-enrd-rr-21-2016-en.pdf>
- Eurostat (2018). Methodological manual on territorial typologies, 2018 edition. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/9507230/KS-GQ-18-008-EN-N.pdf>
- Fassin, D. (2004). Des maux indicibles: sociologie des lieux d'écoute. Paris: La Découverte.
- Fassin, D. (2005). “Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France”, *Cultural Anthropology*, 20 (3), 362-387.
- Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidade, mapas cognitivos e identidades territoriais, *Lusotopie*, 2, 151-158.
- Fonseca, M. L. (2008). New Waves of Immigration to Small Towns and Rural Areas in Portugal, *Population, Space and Place*, 14, 525-535.
- Forsey, M. (2010). “Ethnography as participant listening”, *Ethnography*, 11 (4), 558-572.

Friaças, A. (2019, junho 19). Portugal acolheu 1866 refugiados — menos de metade do que o acordado com a União Europeia. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/06/19/sociedade/noticia/refugiados-portugal-acolheu-menos-metade-acordado-uniao-europeia-1876980>

Fundação Calouste Gulbenkian e Faculdade de Educação e Psicologia — Universidade Católica Portuguesa (2018). “Boas Práticas de *Ageing in Place*. Divulgar para valorizar”, consultado a 17.12.2020. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/publication/boas-praticas-de-ageing-in-place-divulgar-para-valorizar/>

Gauci, J. P. (2020). Integration of migrants in middle and small cities and in rural areas in Europe. European Committee of the Regions, European Union.

Georgieva-Stankova, N. *et al.* (2018). “Can depopulated villages benefit from the social and economic incorporation of ethnic and immigrant communities? A survey for Bulgaria”, *Trakia Journal of Sciences*, 16 (2), 140-154.

Gugler, J. (1982). Overurbanisation reconsidered. *Journal of Economic Development and Cultural Change*, 31 (1), 173-189.

Hedlund, M. *et al.* (2017). “Repopulating and revitalising rural Sweden? Re-examining immigration as a solution to rural decline”, *The Geographical Journal*, 183 (4), 400-413.

Henriques, J. G. (2020, abril 29). Governo quer encaminhar parte dos imigrantes do turismo para a agricultura, *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/29/sociedade/noticia/governo-quer-encaminhar-parte-imigrantes-turismo-agricultura-1914232>

Henriques, J. G. (2021, maio 2). PJ investiga várias queixas de tráfico de pessoas e escravatura em Odemira, *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/05/02/sociedade/noticia/pj-investiga-varias-queixas-trafico-pessoas-escravatura-odemira-1960886>

Henriques, J. M. (2013). On becoming healthier communities: Poverty, territorial development and planning. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 31 (1), 58-73.

Henriques, J. M. (2016) Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social, *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*. IESE- Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 199-214

INE (2017). Retrato Territorial de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, I.P https://www.ine.pt/ine_novidades/RTP2017/files/assets/common/downloads/publication.pdf

International Organization for Migration (2020). World Migration Report 2020 (M. McAuliffe and M. Ruhs, eds.). IOM, Geneva. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf

Jacinto, R. e Cunha, L. (coord.), (2011). Interioridade/Insularidade – Despovoamento/Desertificação: Paisagens, Riscos Naturais e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde. *Colecção Iberografias*, 17, Centro de Estudos Ibéricos.

Jacinto, R. (coord.), (2014). Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança – das Vulnerabilidades às Dinâmicas de Desenvolvimento. *Colecção Iberografias*, 27, Centro de Estudos Ibéricos.

Jacinto, R. (coord.), (2015). Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança: paisagens e patrimónios, permanências e mobilidades. *Colecção Iberografias*, 30, Centro de Estudos Ibéricos.

Jentsch, B. (2007). Migrant Integration in Rural and Urban Areas of New Settlement Countries: Thematic Introduction. *International Journal on Multicultural Societies*, 9 (1), 1-12. UNESCO. ISSN 1817-4574. www.unesco.org/shs/ijms/vol9/issue1/ed

Johnson, A. e O. R. Johnson. (1990). “Quality into Quantity: On the Measurement Potential of Ethnographic Fieldnotes”, em Sanjek, R. (ed). *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*. Ithaca and London, Cornell University Press, 161-186.

Kemppainen, T. *et al.* (2020). Multifocal Integration and Marginalisation: a Theoretical Model and an Empirical Study on Three Immigrant Groups, *Sociology*, 1-24.

King, R. (2012). Theories and Typologies of Migration: An Overview and A Primer. Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, Malmö University. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260096281_Theories_and_Typologies_of_Migration_An_Overview_and_A_Primer

Lam, M. (2019). Language Education for Newcomers in Rural Canada: Needs, Opportunities and Innovations, *Journal of Rural and Community Development*, 14, 77-97.

Lofland, J. e L.H. Lofland (1995). Analysing Social Settings. A Guide to Qualitative Observation and Analysis. Belmont, California: Wadsworth Publishing Company, 11-15.

Magnani, J. G. (2002) “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), 11-29.

Monteiro, R. e Miranda, T. (2020, março 10). E se uma aldeia na Guarda recebesse refugiados? As casas já estão a ser reabilitadas. *Público*. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2020/03/10/p3/noticia/aldeia-guarda-recebesse-refugiados-casas-ja-estao-reabilitadas-1906971>

Moreira, M. (2020) *Como envelhecem os portugueses – envelhecimento, saúde, idadismo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Móren-Alegret, R. *et al.* (2018). Challenges in achieving sustainability in Iberian rural areas and small towns: Exploring immigrant stakeholders' perceptions in Alentejo, Portugal, and Empordà, Spain. *Journal of Rural Studies*, 64, 253-266.

OCDE (2018). Working Together for Local Integration of Migrants and Refugees, *OECD Publishing*, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264085350-en>

Oliveira, I. (2010). As cidades da antropologia: Entrevista com Michel Agier. *Revista de Antropologia*, 53 (2), 811-842.

Oliveira, C. R. e Gomes, N. (2019). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2019*, 1ª ed., Imigração em Números, Relatórios Anuais 4.

Oliveira, C. R. (2020). *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal*, Relatório Estatístico do Asilo 2020, Caderno Estatístico Temático 3, *Imigração em Números do Observatório das Migrações*, Lisboa: ACM.

Oliveira, C. R. (2021). *Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal*, Relatório Estatístico do Asilo 2021, *Imigração em Números do Observatório das Migrações*, Lisboa: ACM.

O'Neill, B. J. (1991). A hospitalidade e o estranho: o enigma do antropólogo dentro da Europa, em Gaspar, J. *et al.*, eds., *Portugal e a Europa, Identidade e Diversidade*, Lisboa: Edições Asa. ISBN: 972-41-0753-1.

Organização das Nações Unidas (1951). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em:

[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao relativa ao Estatuto dos Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao%20relativa%20ao%20Estatuto%20dos%20Refugiados.pdf)

Pires, C. (2016). “A integração faz-se a nível local”. O processo de conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. *Revista das Migrações*, 45–66. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Revista+Migrações+13.pdf/e28a232a-29e2-4345-8d63-0f7651ffd25f>

Plug, L. (2016). Refugees and rural development: Towards a merged and mobile approach. [Tese de licenciatura] Faculty of Rural Sociology.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva (1ª ed).

Rebelo, D. (2020). *Mobilidades e Resistências. Solidariedade informal e atos de cidadania com refugiados, requerentes de asilo e outras categorias moventes, na Europa pós-2015*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/22457>

Richmond, A. H. (1988). Sociological theories of international migration: the case of refugees. *Current Sociology*, 36(2), 7-25.

Rosa, M. J. e Chitas, P. (2010). Portugal: os Números. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ruhs, M. (2019). Can labor immigration work for refugees?, *Current History*, 118 (804), 22-28.

Rural Development Institute (2016). Immigration in 5 rural Manitoba communities with a focus on refugees: Boissevain-Killarney case study. Disponível em: <https://www.brandonu.ca/rdi/files/2016/09/5MB-Boissevain-Killarney-Case-Study-2016.pdf>

Rye, J. F. e Slettebak, M. H. (2020). The new geography of labour migration: EU11 migrants in rural Norway, *Journal of Rural Studies*, 75, 125-131.

Salvado, S. (2016, abril 11). Portugal e Grécia assinam declaração contra austeridade na Europa. RTP. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/portugal-e-grecia-assinam-declaracao-contra-austeridade-na-europa_n910524

Sanjek, R. (1990). 'A Vocabulary for fieldnotes', em Sanjek, R. (ed). *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*. Ithaca and London, Cornell University Press, 92-121.

Santinho, M. C. (2009). Reconstruindo Memórias: jovens refugiados em Portugal.

Santinho, M. C. (2011) *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/3512>

Santinho, M. C. (2013) Afinal, que asilo é este que não nos protege?, *Etnográfica*, 17 (1), 5-29. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2522>

Scott, K. *et al.* (2000). From 'sustainable rural communities' to 'social sustainability': giving voice to diversity in Mangakahia Valley, New Zealand, *Journal of Rural Studies*, 16, 433-446.

Seers, D. (1969) The Meaning of Development. Institute of Development Studies, Communication Series, 44.

Sistema de Segurança Interna (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDQ1NAUABR26oAUAAAA%3d>

Sousa, L. (1999). Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? Um estudo sobre dificuldades de inserção de refugiados em Portugal. [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto. <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2106>

Sousa, L. e Costa, P. (2018). The Development of the Asylum Law and Refugee Protection Regimes in Portugal, 1975–2017. *Refuge*, 34 (2), 28–37. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1055574ar>.

Spradley, J. P. (1979). *The Ethnographic Interview*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 461-474.

Stöhr, W. (1987). Regional economic development and the world economic crisis, *Regional Science - Theory and policies*, 39, (2).

Tardis, M. (2019). Another story from the "refugee crisis": Resettlement in Small Towns and Rural Areas in France, *Études de l'Ifri*, Center for Migration and Citizenship.

UNHCR (2021) *Global Trends. Forced displacement in 2020*, The UN Refugee Agency. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html>

WHO (2015). *World report on ageing and health*. Genève: World Health Organization.

Woods, M. (2016) International Migration, Agency and Regional Development in Rural Europe. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 62/3, 569-593.

Yang, G. *et al.* (2020). Integration of migrant workers: Differentiation among three rural migrant enclaves in Shenzhen, *Cities*, 96, 1-13.

Zanon, B. (2014) Local Development in Fragile Areas: Re-territorialization Processes in an Alpine Community, *International Planning Studies*, 19 (3-4), 335-358. <http://dx.doi.org/10.1080/13563475.2014.965247>